

# movimento

## de cultura portuguesa

Directores: ANTÓNIO QUADROS e FERNANDO MORGADO

### PORTUGAL D'AQUÉM...

#### O SIGNO LÍNGUA

A língua portuguesa não é língua latina.

O português difere do latim, como o nómada difere do sedentário.

O ensino português, é o ensino do verbo.

#### O SIGNAL ENSINO

O ensino do verbo, é o caminho da verdade.

A verdade é um erro sucessivamente menor.

Errando ou viajando, o português se afirma: descobre e realiza.

#### O SÍMBOLO CIVILIZAÇÃO

A descoberta, é para o português a via de comunicação.

A civilização, não é uma construção: é um pensamento.

O pensamento é movimento.

#### D. DINIS VIAGEM

«Sabedes novas?...»

#### O INFANTE IDA

Do mar e nós em ti nos deu sinal.

#### O GAMA RETORNO

Grécia, Roma, Cristandade, Europa — os quatro se vão para onde vai toda a idade...

A terra será teatro do dia claro...

#### CAMÕES

Brilha alto a chama que se apaga.

VALETE FRATES

#### FERNANDO PESSOA

#### DESCOBERTA

Deus quer; o homem sonha; a obra nasce.

#### PASCOAIS

#### CULTUA

Oh! sombras que durante a noite me falais!...

#### JUNQUEIRO

#### COMUNICAÇÃO

Mas Deus não dá licença que partamos.

#### POTÊNCIA

#### PORTUGAL

Portugal não é um país europeu.

O Oriente está no Ocidente.

A terra resolve-se em mar.

#### MOVIMENTO

#### O MAR

O mar é dor que o amor vence.

O vento é o sopro das almas.

O homem redime a natureza.

#### A C T O

#### IMPÉRIO

A natureza resolve-se em fogo.

O lusitano é o povo da luz.

A redenção é a reintegração dos seres.

### ...E D'ALÉM-MAR

A remodelação que ora se verifica é apenas, no consagrado dizer, uma «solução de continuidade».

Aparecido há três anos, «57» trazia uma denominação que, desde logo, foi objecto de abundantes comentários. Estes avolumaram-se quando, em 1958, permaneceu o mesmo título. Choveram as hipóteses quanto à explicação deste fenómeno e até dele se partiu para alguns ataques pretensamente contundentes: anacronismo! O calendário avançava e o «57» ficava! Deixamos todavia a pequena história.

Em três anos publicaram-se sete números. Podiam ter-se publicado mais? É possível, mas o «57» não teria então sido o «57». Num ambiente em que a maioria dos órgãos de cultura se limitam a coleccionar artigos — a exemplo dos museus, que se limitam a coleccionar pinturas e esculturas — o «57» apresentou e defendeu teses. Nunca se escreveu aqui por desejo de autovalorização, de literatismo ou mesmo de filosofismo. Escreveu-se para mover e demover, escreveu-se para o movimento. Quer isto dizer que não arvorámos em absoluto o ego, a literatura ou a filosofia, porque tão só nos preocupou a verdade que em termos humanos e dinâmicos não existe fora do movimento: movimento do homem, da pátria, da cultura, da civilização, movimento do pensar.

Foi este o «escândalo» do «57»? Estamos em crer que sim. O nosso Movimento de cultura portuguesa parece ter vindo inserir-se, a partir do ano de 57, numa conjuntura social, ideológica e cultural em que o leitmotiv das posições só aparentemente contraditórias era a adoração do estático. Cada um a querer aquilo em que está ou a desejar ser aquilo que é, eis os paradigmas da culta do estático. Eis porque a solução política parecia e parece ainda a muitos espíritos como a solução ideal: substituir o estático pelo estático, o Estado pelo Estado. Substituição, esta, que, seja no campo da literatura e das artes plásticas, seja no campo da educação e da pedagogia, não pode garantir o movimento. Substituição, esta, que ingênua ou maliciosamente, confundia o conceito filosófico com a verdade. Para quem, todavia, a verdade que aos humanos é possível, seja no dizer de Sampaio Bruno, «um erro sucessivamente menor», só no movimento por inteiro aberto ao possível e ao futuro, pode radicar o progresso das colectividades e a redenção dos homens.

Progredir não é possuir mais máquinas e redimir não é conceber orgânicos sociológicos, tomadas como fim. Progredir é elevar: tornar mais leve, desmaterializar, espiritualizar. Redimir é caminhar: descobrir novos mares para logo procurar outros mais além, porque a redenção é iluminação.

Movimento, pois. Mas movimento de quem? Movimento deste indivíduo que cada um de nós é e também — razão de ser de um órgão de cultura — movimento do nós.

Quem somos nós, quem pode dizer nós? O Homem, a Humanidade? Sem dúvida, gostaríamos que tal fosse possível, se pronunciar nós em nome da Humanidade pudesse não ser uma abstracção, um ideal, uma generalidade vazia de conteúdo, ou uma disciplina exigindo minorizadora nivelção. O nós implica o conhecimento mútuo: qual o seu limite? Propomos que esse limite é o da língua. A minha pátria é a língua portuguesa, dizia Fernando Pessoa. Al está o nós que é possível e por isso, neste espaço-tempo, o movimento, é movimento da cultura portuguesa. Da harmonização final de todos os movimentos culturais e culturais, dependerá

(Continua na pág. 18)

57

# Da Comemoração à Criação

## O QUE FOI, É E SERÁ O DESCOBRIMENTO

Por  
ANTÓNIO QUADROS

As Comemorações Henriquinas vão entrar no seu período culminante. Cabe a este respeito meditar no significado de acontecimentos que, por iniciativa ou iniciação portuguesa, alteraram por completo a face do globo e também o espírito dos povos e das civilizações. A palavra comemoração, utilizada nestes casos à falta de melhor, não responde ao objectivo mais alto que poderia ser enunciado. Co-memoração é memoração em comum: este povo, Portugal, vai lembrar, apelando para a sua memória histórica, os feitos que foi capaz de realizar em tempos remotos. Será este acto mnemónico, isto é, esta visão histórica o que a juventude espera? Não restam dúvidas de que um dos fins das Comemorações Henriquinas é precisamente acordar na juventude alguns sentimentos adormecidos, alguns ideais esquecidos, tais como o ideal e o sentimento da pátria. Esquecidos, porquê? Positivista, o nosso sistema geral de educação está longe de reflectir estas preocupações, não sendo pois para admirar que, ao sair do liceu ou da universidade, o jovem troque imediatamente patriotismo ou até humanitarismo, por um individualismo egolatrista que impede o progresso espiritual da colectividade. Pensa-se que as disciplinas de história, exaltando os feitos guerreiros dos antepassados, possam contribuir para galvanizar as vontades adormecidas dos nossos rapazes, que só acordam nos bancos dos estádios ou nas cadeiras dos cinemas.

Nestas condições, acontecimentos como a Exposição do Mundo Português e os vários centenários que regularmente se celebram — e o do Infante é o de maior projecção dos últimos anos — constituem por assim dizer uma correcção à Escola, tentando a influência formativa que a burocracia profissional por si só não consegue. Fazendo-se porém comemoração, esses centenários repetem quase sempre o erro escolar, qual é o de julgar que a História pode ser educativa e o Passado pode ser exemplar. Por que não é educativa a História e exemplar o Passado? Porque a juventude — e é a sua mais nítida virtude — preocupa-se mais com o futuro do que com o feito. O seu problema autêntico não é saber o que fizeram os seus antepassados, mas o que ela mesma vai fazer na enigmática estrada que enfrenta, o que vai fazer com as suas mãos e o seu trabalho, a sua vontade e os seus sentimentos, a sua imaginação e a sua intuição. Os acontecimentos e as figuras que a História lhe mostra, não são para a juventude mais do que palavras ou, quando muito, ídolos sem significado. Todo o seu ser é expectante, esperançoso e futurista. Fracassaram todos os intentos de emulação dos nossos heróis, ficticiamente apresentados como romanos estátuas de bronze, sem defeito e sem mácula.

Devemos então abandonar o estudo do passado, a sua memoração e comemoração? Ao contrário, devemos prosseguir, mas anulando esse mesmo passado, isto é, anulando o tempo. Como se sabe, a grande anuladora do tempo é a tradição. Tradição nada tem que ver com passado ou passadismo. Tradição é o que, para além dos monarcas e dos séculos um povo traz: tradição é mensagem. Eis porque, à luz do presente, à luz da tradição que o presente assume, não há passado, há valores e princípios que se medem pela sua

validade teleológica. Os heróis despojam-se das suas roupagens e das suas paixões, do seu corpo e da sua alma. Os heróis são razões em marcha, são momentos do espírito, são potências fora do tempo ou são ídolos vãos, isto é, não são nada. A co-memoração será frustrada, quando não for compreensão: compreensão do espiritual que o mundanal encobre, compreensão do particular no geral e do efémero no necessário. No estádio seguinte, poderá então haver realmente criação.

Aplicando a doutrina ao concreto que ora nos ocupa, sugerimos que as Comemorações Henriquinas podem ascender da memoração para a futuração, se no enigma proposto pelo acto ou pelos actos do Infante D. Henrique, compreendermos ou soubermos descobrir uma mensagem válida para os nossos dias, válida para o nosso futuro, válida para o nosso engenho de homens do hoje-amanhã, válida para a circunstância da nossa vida de portugueses. Nestes termos, mais do que saber quem chegou primeiro à América ou de verificar que aos navegadores lusitanos se deve por inteiro a nova era de um globo desvelado e universalizado, interessa-nos conhecer as causas e os fins profundos da gesta henriquina ou seja, a filosofia dos descobrimentos. Como podem tais causas exercer alguma influência no nosso futuro de homens do século XX, de homens desta época de perturbação e angústia?

Abordaremos, em primeiro lugar, o paradoxo do homem e do tempo. Interroguem-nos sobre se há efectivamente um tipo antropológico e espiritual do homem português. Se existe e se foi capaz de iniciar e levar a cabo uma tão gigantesca empresa como a dos descobrimentos, qual foi o seu segredo? E se segredo houve, porque se perdeu no tempo, ao longo de cinco séculos? O tempo não existe, fora da corrupção dos seres, mas a corrupção não é o tempo, é uma alteração do espaço e dos corpos e moléculas que os constituem.

Por isso, uma civilização não decaí exactamente com o tempo, mas apenas quando a corrupção dos espíritos acompanha a corrupção dos homens ou a senectude. Os egípcios mantiveram o seu statu quo cultural e cultural durante milhares de anos, enquanto para os portugueses, uns escassos cem anos durou a epopeia. Porquê? Que força espiritual os impulsionou e que força os corrompeu?

A gesta dos descobrimentos poderá comunicar-nos algo de real e concreto, uma mensagem para os homens de hoje, se nela acharmos o que é futurível, o que está libertado da lei da morte, a lei do tempo, o que é puro dinamismo espiritual, o que é verbo intacto e candente. Ou, noutros termos, se compreendermos o que nos descobrimentos ficou imaturo, irrealizado, imperfeitamente desenvolvido e logo interrompido. Assim é que o sábio ou o homem de acção, se no passado depararem com uma ideia criadora, produto de engenho superior, mas apenas sugerida e, logo que esboçada, esquecida ou ocultada, poderão retomá-la e recriá-la, pois ela na realidade não se situa no passado, está fora do tempo na medida em que não se corrompeu.

Porque era simultaneamente um saudosista e um futurista, foi desta

forma que Fernando Pessoa pensou, sentiu e escreveu a sua epopeia epigramática da «Mensagem». Ontologicamente saudosista, percebeu que a epopeia a afirmar era, como na síntese de Pascoais, uma fusão de lembrança e de desejo. Pragmáticamente futurista, assumiu a transformação do símbolo saudosista na acção teleológica voltada ao porvir. É a explicação daquela frase de esperança, que a muitos pareceu enigmática: «os portugueses descobrirão uma Índia Nova que não vem mapas e é feita daquilo de que os sonhos são feitos».

Uma Índia Nova que não vem nos mapas: uma Índia espiritual, um espírito novo. Os Descobridores têm pois menos um significado geográfico, histórico e anímico, do que um significado espiritual. O homem português não foi: é e está porque só o corpo está sujeito à corrupção, porque o seu espírito existe fora e independentemente do tempo, reflectindo uma específica constituição que cinco séculos podem velar, mas não matar. Se o homem português é e está, essencialmente e existencialmente ele representa o arquétipo do descobridor. Lusitano ou luso ou lusíada: o homem da luz, o que parte ou viaja do sombrio para o luminoso. Obliterada embora, esta missão iniciática que, mesmo filologicamente, se afirma muito antes da autonomia política, coexiste conosco. Não tanto precisamos de a comemorar, como de a viver.

2

Na compreensão do fenómeno dos Descobridores Marítimos, devemos distinguir três ordens de verdade. Numa única, a primeira e a mais simples, se têm concentrado quase todos os historiadores: é a chamada ordem histórica, que podemos todavia considerar a ordem epidérmica. Investigam-se nomes, datas, processos técnicos, intenções, causas próximas. Quem foi e como foi?, é a dupla interrogação. Investigam-se os meios, não cuidando das causas e dos fins, que todavia se sugerem numa escala inferior. A ordem histórica, aceitando implicitamente que os Descobridores se situam no passado, não está em condições de reconhecer causas e fins, pois estas nunca podem ser documentadas ou documentáveis: apenas pensadas pelo que há em nós, actual e persistentemente, de portugueses e descobridores. Estamos em situação de descoberta: só a partir desta asserção, fundamental na moderna filosofia portuguesa, poderemos compreender as mais altas ordens de verdade, quanto ao problema dos Descobridores: a ordem causal e a ordem finalista ou teleológica.

Rastrear as causas, em terreno tão vasto e complexo, seria praticamente impossível, à luz de um critério de máxima exigência. De causa em causa, chegaríamos sem dúvida ao limite da memoração, pois não seria difícil mostrar como o desejo de trans-europeísmo, de possessão maris, da ligação ou re-licação do Ocidente ao Oriente, é a constante de uma das coordenadas do espírito europeu, aquela que o povo português viria a assumir plenamente naquela interpretação do europeísmo prestes a transmutar-se na harmonia ou na fraternidade universal. De todas as

pátrias do nosso continente, Portugal afirmou-se pois, no seu atlantismo, como a menos Europa ou no ângulo oposto — tese de Eugénio d'Ors, Fernando Pessoa ou Reinhold Schneider — a mais Europa, por ser a nação europeia que paradigmáticamente se quer e se pensa, menos como terra do que como nou. A partir de determinada altura, Portugal não é já um território, com efeito, mas uma barca lançada ao mar em busca do segredo magno. Realizando poderosamente um mito, a pátria é em si mesma, na sua estrutura e no seu pensamento, acção de missão, isto é, uma imanência a buscar a transcendência.

A partir de que altura? Seja-nos permitido afirmar que é com D. Dinis que a busca principia. O Infante terá sido o poderoso realizador dos Descobridores. A iniciação, todavia, a D. Dinis e ao que ele representa, inteiramente se deve. Não vamos discutir aqui qualquer das mil teses que, desde Oliveira Martins e Teófilo Braga até António Sérgio e Magalhães Godinho, atribuem a Empresa a mil motivos que apenas se explicam por serem projecções ou fantasmas obsessivas das concepções sociológicas dos seus autores. Tampouco vamos fundamentar longamente a nossa interpretação. Em esquema a deixamos: não é o lugar para um desenvolvimento profundo e exaustivo.

Eis os tópicos da revolução de D. Dinis:

- I — Transformação da Ordem do Templo na Ordem de Cristo.
- II — Instauração do Culto do Espírito Santo.
- III — Laicização da cultura, com apoio dos «espirituais».
- IV — Adopção do português como língua oficial do país.
- V — Criação da Universidade Portuguesa ou, na designação da época, do «Estado Geral».
- VI — Realização da primeira grande obra poética na língua portuguesa.
- VII — Plantação do pinhal de Leiria.

3

Embora a traços largos, não deixaremos de explicitar um pouco melhor estas proposições, que a nossa crítica histórica e positivista de um modo geral ignorou.

I — Os primeiros laços entre Portugal e o Oriente surgem com a integral adesão que a nossa monarquia e a nossa nobreza dão à ideia templária, à Ordem de Cavalaria do Templo de Jerusalém, não apenas porque entre os oito cavaleiros seus fundadores figurava um português, como porque D. Afonso Henriques foi cavaleiro templário, assim como muitos dos seus sucessores. É natural que, nos primeiros séculos, a colaboração portuguesa não fosse propriamente criadora, até porque os templários lusitanos viviam em regime de dependência do seu Grão-Mestrado sito em Jerusalém e empenhados sobretudo numa guerra que nunca entre nós foi de extermínio, mas de defesa. Terminado porém o ciclo da conquista do território nacional, um acontecimento de transcendente importância se dava em França, alterando por completo o xadrez político, eclesiástico e cultural da Europa: o processo de heresia instaurado aos templários por Filipe o Belo, com o assentimento ambíguo do Papa Clemente V. Não

vamos aqui embrenhar-nos no labirinto de uma questão a respeito da qual, apesar dos numerosos estudos últimamente feitos, não se fez ainda inteiramente luz. Que os termos da acusação não correspondiam à verdade parece comprovado, mas que motivos ocultos a inspiraram, eis o que desafia ainda a imaginação dos historiadores. Suspeitos de adorarem um ídolo, esse estranho Baphomet, símbolo difícil de decifrar, os templários foram torturados, alguns deles queimados, muitos banidos, sendo a Ordem extinta, apesar da resistência de alguns monarcas, como o de Aragão e o de Portugal. O que se passara, desde que a Ordem do Templo, criada sob o beneplácito papal para a defesa de Jerusalém, viera a constituir uma das mais poderosas forças da expansão cristã? Aventa-se para explicar a atitude de Filipe o Belo, a sua cupidez para com os imensos bens acumulados pelos templários, precursores do moderno sistema financeiro das transferências bancárias; sugere-se ainda que o processo dos templários foi uma defesa das monarquias contra a sinarquia que esta Ordem preconizava: todas as monarquias unidas e aliadas, sem que as pátrias perdessem no entanto a independência, sob a autoridade de um sínarca; finalmente, afirma-se que Roma temeu a segunda Igreja, a que os templários secretamente prestariam culto. Este último ponto é fundamental para compreender o espírito templário. Não parece fácil de aceitar a tese francesa, sustentada na acusação de que o cristianismo dos cavaleiros do Templo se tinha manchado de islamismo ou mesmo de mosaísmo, erigindo o enigmático ídolo Baphomet a símbolo dessa complicada religião sincrética. É certo que, colocada nessa encruzilhada do mundo onde tantos cultos e religiões se encontravam: o cristão, o mosaico, o islâmico e ainda certamente o brahmânico e resquícios dos cultos persa e egípcio, é certo que os cavaleiros templários, mais cultos e inteligentes do que a maioria dos cruzados e principalmente situados permanentemente na linha divisória entre ocidente e oriente, ao contrário dos restantes cruzados, que iam e vinham, mas não estavam e ficavam, é certo que os templários, sentindo e compreendendo a sinceridade e ardor dos adeptos de outras religiões, porventura tenderiam a perder o exclusivismo da verdade cristã e teriam pouco a pouco desenvolvido um pensamento próprio que, em vez de preconizar conversão ou extermínio, estaria pronto a aceitar o convívio fraterno de todas as religiões, formas diferentes afinal, de reverenciar o mesmo Deus, formas diferentes, mitos diferentes, ritos diferentes, cultos diferentes, mas sempre uma sincera religiosidade, um profundo desejo de transcendência.

Os mestres e iniciadores templários não precisavam aliás de sair do cristianismo para encontrar este espírito mais tolerante e compreensivo. A este respeito, é decisivo sabermos que o patrono da Ordem era S. João, o autor precisamente do Evangelho onde o Espírito Santo, a terceira pessoa da Santíssima Trindade, ocupava um singular relevo. Segundo S. João, o Espírito Santo seria, depois da morte de Cristo, o inspirador de todos os homens: sob a sua inspiração, todos os homens se entenderiam, mesmo falando as mais diversas línguas e pertencendo às mais diversas raças e — subentende-se — religiões; sob a sua inspiração, viria o reino da Fraternidade Universal. Como explicar que Cristo houvesse entregado a chefia da Igreja a Pedro, enquanto João era o seu dilecto e amado discípulo? Daqui ter-se-ia inferido, neste período crucial da evolução religiosa, que Cristo na realidade criara duas Igrejas. Uma Igreja exotérica, destinada às massas, à população menos evolu-

(Continua na pág. 14)

# TRADIÇÃO E TRAIÇÃO

Por  
FRANCISCO SOTTOMAYOR

57

Folha independente de cultura

Ano IV — N.º 8 — Junho de 1960

## DIRECTORES

António Quadros e Fernando Morgado

## EDITOR

Afonso Botelho

## ADMINISTRADOR

Francisco Sottomayor

## COLABORAM NESTE NÚMERO

Azinhah Botelho  
Romeu de Carvalho  
Ana Hatherly  
José Valle de Figueiredo  
Armando Luís  
António de Macedo  
Jorge Preto  
M. Rocha Pereira  
António Braz Teixeira  
Carmo Vas

## LEIA

	Pág.
Da comemoração à criação . . . . .	2
Tradição e tração . . . . .	3
Hierofania e Hieroclastia . . . . .	4
Cultura Portuguesa em Moçambique . . . . .	5
Prefácio ao problema da literatura do mal . . . . .	5
Do Mal e do Bem . . . . .	7
Notas à Margem da Cultura . . . . .	15 e 16
O labirinto Burocrático . . . . .	10
Crítica . . . . .	10 e 11
Notas, ensaios, etc. . . . .	

A ilustração do conto «O Inconformista» é de António Botelho

## COLABORAÇÃO RESPONSÁVEL

A doutrina de cada artigo é da exclusiva responsabilidade do autor.

## REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua do Arco do Carvalhão, 197, 2.º E.  
Telef. 66 67 39 — LISBOA

## CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(Continente)  
Séries de 3 números . . . . . 15800  
Séries de 6 números . . . . . 30600  
Séries de 12 números . . . . . 60600  
(Ultramar e estrangeiro)  
Mais 10% sobre os preços indicados

«57», é composto e impresso nas Oficinas Gráficas Manuel A. Paschoa, Lda., de Lima, Victor e Lima, R. João Saraiva, 10-A (Alvalade) — Tel. 76 01 18/9 — Lisboa.

«57», é distribuído por Gonçalo W. Vasconcelos, Avenida António Augusto de Aguiar, 126, 4.º — Lisboa.

O presente número tem 16 páginas  
PREÇO 7850

histórias, outros mundos lhe estarão para ser, doravante, revelados.

Mas, se para o ente débil que é a criança apenas é demandado o ouvido atento que se abra em oportuno momento, ao mancebo entibiado aparece-lhe como condição uma alma reflexiva e uma razão que aproveite da sua voluntariosa e ingénua intenção um impulso para ulterior actividade paciente, arguta e inteligente. Certo que muitos, quase todos não ultrapassam a idade mental mais ou menos dilatada dos quinze anos, como o comprova Tolstoi em sua *Sonata a Kreutzer*, pois seus debates, muito embora dolorosos sobre a realidade do amor, exprimem a ausência de uma maturidade masculina, o que se reflecte mais tardiamente naquela fácil filantropia em que consumiu os últimos anos da sua vida. Aqui, entre nós, manifesta-se esta mesma paralisia embora sob aspectos que poderiam aparentar diverso modo de pensar. Queremos referir-nos àquela corrente que classificáramos de bondosa se não lhe chamássemos fraca ou frágil, que se exhibe na desmedida e dilatada esperança que os adolescentes manifestam e põem na técnica como meio que possibilitará ao homem a anulação da condição que é o trabalho, a restituição da saúde e até, mesmo que o seja indirectamente, a realização espiritual.

Enovelando a questão em nítidas imagens, cuja intenção gnoseológica se exprime pela adequação do pensamento à realidade, há uma novela de Somerset Maugham a qual, terminando-se ou iniciando-se por uma sincera pergunta que um jovem, altas horas da noite, faz a um professor seu, indicia ou indicia como o mal penetra, enforma e se corporiza. É evidente que o mestre invocado, felizmente para o rapaz, não era assistente, agregado ou catedrático das faculdades de Lisboa, do Porto ou de Coimbra. Quando não, o assunto proposto e sério que o levava ao «mestre», estaria definitivamente resolvido ou decisivamente ultrapassado no compêndio que este adoptara ou, o que ainda mais frequentemente acontece, escrito por um francês ou um alemão e copiado estritamente à letra por aquele que não só se não descuidava de o apresentar com foros de «originalidade» como também o faz render com aquela esperteza de que só o usuário injustamente é conhecido e evidentemente assume a culpa.

Passemos, porém, ao assunto do artigo e desculpe-nos o leitor aborrecido as amarguradas reflexões de quem mercê de circunstâncias a todos comuns e por quase todos tidas como inevitáveis, foi obrigado a deparar, a anteparar e até a querer, utópicamente por certo, remediar situações impostas. Reconhecemos hoje como deste mundo as realidades que ao jovem aparecem como obstáculos a superar aqui e agora. Ahamos mesmo, na nossa ignorância, que este só erra ao atribuir-se poderes que não possui, quereres que só exprimem seus vagos, inquietantes, revoltados desejos. Tempo para nós nasceu no qual admitimos que veras realidades superam o mediocre, infantil movimento cujo lema se traduz nas palavras parcas: *ordem, paz e progresso* e ao qual, por absurdo que pareça, ainda hoje, ucronicamente permanecemos obedientes como fiéis servos ou serviçais.

Entreteceu a trama em que todos nos achamos a história que os homens do século passado nos contaram, essa dura, seca, estéril história com que nos entravaram e enganaram, logo de começo, na instrução primária, e cujas raízes mergulham no sistema positivo. Ali auferem estas o sólido alimento empedernido que ainda hoje empresta àquela prestígio que só a incautos engana, embora de quase todos se fizesse acreditar há apenas escassos anos. Esta pretensão estulta de que tudo já foi dito, de que o homem nada tem que investigar, intuir ou inventar, de que as leis do progresso indefinido, para sempre estão estabelecidas, isto é, que para além do estado positivo ou sem verbo, nada há a contar, trouxe como inevitável consequência previsível a predominância dos modos de operar, características do espírito feminino. Com efeito, à mulher assusta o salto, o súbito rompimento, a descida inesperada, a subitânea ascensão. No entretecimento do véu de Penélope, no lento processo geracional que é a dilatação do ovo, encontra o espírito feminino o paradigma que lhe permite analogia veraz, embora só possível pelo fecundar inteligente do homem maturo. Quebrando-se ou quebrantando-se, cede porém o varão ao potente encanto da feminina fragilidade que apenas percebe a evolução nas diversas e insensíveis gradações que o verbo dilatar comporta. A continuidade, aplicada a domínios que a não podem compreender, disfarça-se assim sob os multimodos termos em que variamente, numerosos filósofos a exprimem como princípio a partir do qual se efectiva a universal evolução. O aforismo de Leibniz «Natura non facit saltus» abre caminho ao que chamamos ciência moderna — como se só esta idade fosse a privilegiada por conhecimentos até aqui inauditos — e cujas leis resultam como sabemos, por abstracção do sensível agrupado em factos específicos continuamente seriados, sob o império de determinadas hipóteses ou imagens. As forças interiores que constituem a natureza viva, expressam-se evidentemente em fenómenos sensíveis, mas determinar como objectiva a lei enunciada, consiste em passar ao lado da porta que, uma vez aberta nos conduzirá ao seio do impulso interior que move e anima todo o cosmos. Renascer com novas categorias que permitam entender toda a distância que separam os verbos legislar e metamorfosear, consiste em admitir que o real não se opõe ao sensível, que todas as teorias do conhecimento são falsas representações de uma verdadeira teoria do movimento. No percurso, aparentemente sem iatos, que os processos de geração e corrupção seguem, esterilizam aqueles cuja razão não alcança e penetra os outros modos em que o movimento se exprime.

Todos os homens propendem, por natureza, a saber. Esta frase com que Aristóteles abre a sua metafísica tem sido, por diversos pensadores de génio, glosada. É notável que, em suas autobiografias alguns repitam com insistência a afirmação de que sempre deram crédito ou crença às entidades supra sensíveis. Efectivamente, tal constância aparece-nos como um aviso para os homens que, menos dotados, não sabem ver nas

formas mais degradadas do pensar, tais como a abstracção, a quantificação, a enumeração ou a contagem por unidades insignificantes, a idolatrização do número ou da figura, uma forma degenerada de fé e de crença pelas quais, ainda assim, o homem exprime a sua dependência, confiança e temor quanto ao poder das entidades invisíveis. Se aqueles manifestam preferência por determinados modos de compreensão dos mundos insensíveis, como sejam os que se exprimem pela categoria de quantidade, isso resulta da fatal redução do real que sempre praticará o profano ignaro o qual apenas vê aquilo que lhe mostram, ou o que no domínio do visível é alcançável pelas operações mecânicas da razão degenerada. À razão animada que é o homem valoroso compete, porém, descobrir as leis que regem as acções humanas para que consiga conceber o que por verdadeira paz, boa-vontade e felicidade possamos entender.

O mundo de hoje debate-se em procura de tais conceitos e o valor de Karl Marx está em que bem descreve o processo de corrupção que introduz na sociedade a inveja, teorizando e aconselhando os métodos que a promovemos. Não podemos admitir a estilística do comunismo sem que compreendamos a cifra de determinadas palavras que enforma o discurso dos escritores teorizantes desta doutrina que, em sua última aplicação, é política. Devemos a Alvaro Ribeiro, o discernimento de que sob os falsos problemas de *capital e trabalho, ricos e pobres, patrões e operários*, enfim, *luta de classes*, toda uma acção corruptora se insere em toda a Europa. Se bem que aqui, em Portugal haja quem, com plena consciência anteveja ou preveja os efeitos de uma actividade que não tem contra peso, por isso mesmo que de um movimento geral faz o movimento universal, lamentamos contudo a vacuidade daqueles que por medo, somente são capazes de levantar obstáculos, prevenir policieiros, regidificar o sistema das leis que entretecem a malha mais estreitamente, mas que evitam olhar de frente as razões profundas que levam o adolescente à reacção intransigente, instintiva e sentimental. Lamentamos pois quem mostra ou evidencia incapacidade de pensar, prescrutar e legislar tendo em vista a lacta compreensão do ente humano se bem que saibamos ser muito mais fácil ter em vista a arma ofensiva que se proclama defensiva, ostentando a máscara.

Efectivamente, as observações e consequentes teoremas de Karl Marx apenas atingem a alma ou a psique do homem, isto é, o domínio onde a geração e a corrupção são os modos em que podemos entender o movimento, embora por razões que desconhecemos, o filósofo alemão propenda a encarar como única realidade a corrupção instantânea. Se, em vez da atenção que prestamos à Europa, e à Alemanha de preferência, inclinássemos o olhar paciente, arguto e inteligente para o pensamento aristotélico, poderemos não só atingir que o movimento não se exprime exclusivamente pelo modo dual como também nos propiciamos ao entendimento de que uma verdade política que não sonha aos homens os seus direitos adquiridos, está na compreensão do que realmente move este mundo enfermo.

# HIEROFANIA E HIROCLASTIA

Por JORGE PRETO

De entre os vários frutos da noção árdua positivista, um dos mais proficentemente absorvidos e assimilados pelos cultores do erro ou da aparência, detractores da Verdade ou da Realidade, foi o que ditou a lei do divórcio entre o poder espiritual e o poder temporal. Ao historiador do pensamento humano, que se interessa pela conclusão que pode inferir-se das premissas de antecedência e de consequência, não deverá passar-se desapercebido o cepticismo, senão, na maioria das vezes, o negativismo, com que precursores e prosélitos de Augusto Comte, relegaram a tradicional doutrina que afirma e confirma a legitimidade divina da régia autoridade.

Destruído o que, durante séculos, centúrias e milénios, havia sido guardado religioso ou tradicionalmente, deixou-se o culto de relacionar-se com a cultura, e, desse modo, aquele viria a profanar-se na indignidade utilitária, e esta se laicizaria na menoridade das técnicas. Com efeito, os positivistas, por se absterem de interrogar os princípios sobrenaturais, tendem para uma progressiva aproximação do mais exaltado dos materialismos.

Quem ignora que entre a religião e a política, apenas existe uma diferença de grau ou de degrau, ter-se-ia mostrado incapaz de compreender uma verdade que começa no ou com o amor. Assim, desconhecendo também por que razão é o profano que deve ascender até ao sagrado, e não o sagrado descer ao profano. Ou, noutras palavras, por que motivo a habitação, a escola ou o palácio devem revestir-se da sacralidade ou santidade do templo, enquanto o templo não pode reduzir-se à função útil que sempre encontraremos no palácio, na escola ou na habitação.

Falando-se das instituições humanas que são a Igreja e o Estado, importa referir os edifícios que as representam. O crescente funcionalismo arquitectónico, descurando a linguagem sacra ou simbólica, determinou o abastardamento da arquitectura, a qual, desligada das arquiadas, corrompeu as formas, deixando por conseguinte de ser considerada a arte plástica por excelência. Separar a arte do templo, equivale a cindir o culto da cultura, e portanto, o ritual da inutilidade lúdica e litúrgica.

O catolicismo, fiel ao mistério dos sacramentos e à sua expressão mítica, alegórica e simbólica, sempre se empenhou em preservar a arte sacra e o jogo litúrgico da infiltração despiritualizante do trabalho. Na fundamente desta ética, é possível descobrir uma explicação para as antigas leis de Cavalaria, que interdiziam à Nobreza o desempenho de ofícios mecânicos e o exercício do comércio, enquanto o sacerdote era um nobre, e o nobre era também um sacerdote. Tornar-se-á patente, de igual modo, o significado que deve atribuir-se à expulsão, por Jesus, de todos os vendilhões que assolavam a Casa de Deus.

Convém lembrar que, no actual pensamento cristão, a defesa dos símbolos sagrados da Igreja, foi assumida com plena lucidez pela palavra brilhante de vários escritores, desde J. K. Huysmans a Romano Guardini, quando já de parte o nome de alguns

autores portugueses, à frente dos quais competiria citar Aarão de Lacerda. A estes homens insipientes e esclarecidos, que, por esclarecidos, não podem ser considerados laicos ou leigos, não escapou, certamente, que uma das consequências do espírito da Reforma, viria a traduzir-se na obliteração ou na minoração dos sacramentos, e assim, em completo desadão pela liturgia e pela arte sacra. Deixando de relacionar-se, no culto, o exotérico com o esotérico, deixaria de atender-se à dupla face do símbolo. O templo, que antes guardara o significado místico ou espiritual de Igreja, passaria a reduzir-se ao sentido fáctico e sociológico de comunhão.

Descrente do sobrenatural e, por conseguinte, do milagre, o protestantismo não pôde fugir à preferência atribuída à emblemática da crucificação sobre a simbólica da ressurreição. Por essa via, os templos luteranos se foram edificando segundo os cânones arbitrários da moderna arquitectura civil, e o ritual do santo sacrifício da missa, se confinaria à recitação da catecismo, ou a mera leitura das Escrituras Sagradas e respectivo comentário, limitado à letra, contudo, e portanto desatento de que, por detrás do verbo, cumpre procurar o espírito. Não contrariando a tese de que o positivismo involucionaria para um crescente materialismo, na nudez dos templos protestantes, o único símbolo visível é a cruz sem Cristo, sinal de desprezo pelo mistério da transubstanciação eucarística do elemento sólido em elemento líquido, e do elemento gasoso em elemento ígneo (agnus ou ignis é o Divino Filho), culminante no acto impetratório em que se revela a quinta essência, em que Cristo se manifesta sem a cruz.

Subordinar a construção dos edifícios da Igreja, do Estado ou da Família, a imperativos de natureza económica ou a objectivos de propaganda, com prejuízo da busca da verdade que se espelha nos rituais e nas insignias exteriores do culto e da cultura, corresponde a um inequívoco aviltamento da Religião, da Política e do Amor. Profanar o templo, equivale a desprezar a diferença existente entre o espaço quantificado e o espaço qualificado, entre o lugar impuro e o sítio santo. Profanos (de pro-fanum) se denominavam aqueles que, por não haverem ainda deixado o laicismo, isto é, por não terem sido iniciados nos mistérios e, portanto, na compreensão de cada símbolo ou signo, estava vedado o espaço consagrado, reservando-se-lhes o espaço geométrico do peribolo. Com efeito, nartex, átrio ou adro, teriam sido os nomes primitivamente dados à entrada do templo, onde, à esquerda, sempre costumou colocar-se a pia baptismal, pois aí começavam os passos do neófito, antes de ser introduzido no lugar santificado da nave ou da nau, que o transepto separa do naos ou santo dos santos.

Só a ignorância e a inadvertência ousariam afirmar que, desde as origens do cristianismo, as autoridades eclesiásticas alguma vez mandaram erigir os santuários, por e ao acaso. Prontamente o desmentiria, todo aquele que, sabendo relacionar a qua-

dríade com a tríade, ou a terra com o céu, nem desconhecendo que o Ocidente é o lugar das trevas, da morte e da crucificação, estivesse apto a explicar o motivo por que os templos eram sempre quadrangulares, e por que a «princeps porta», a porta do princípio, do nascimento e da luz, sempre se voltava para o Oriente. Na relação de cada sinal exterior com o seu interior e escondido significado, encontrar-se-á a correspondência entre o sacramento do crisma, com o simbolismo da cripta, lugar da confirmação ou da última prova iniciática, correspondência que torna clara a afinidade do mito da descida aos infernos, com o mistério do ressurgimento para uma nova vida.

Foi, há pouco, editado em português, um pequeno volume da autoria de Mircea Eliade, historiador das religiões que vem distinguindo-se pela capital importância dos seus já inúmeros estudos sobre o assunto, cuja leitura reputamos de grande proveito para todo aquele que, senão animado pelo entusiasmo próprio de quem perscruta os divinos princípios, pelo menos seja possuidor do interesse de quem olha para os factos humanos. Referimo-nos à obra O Sagrado e o Profano, traduzida por Rogério Fernandes e publicada por Livros do Brasil. Nas páginas deste ensaio, que ultrapassa em muito os livros congêneres, que costumam designar-se de divulgação cultural, encontrará o leitor atento e que, portanto, saiba transpor a letra, o termo e a linha, elementos inesgotáveis para sérias reflexões sobre o comportamento do homem religioso, em paralelo com o homem não religioso; sobre as diversas atitudes vivenciais por ambos assumidas em face do cosmos, da casa ou do corpo. A menos que estes fossem reduzidos a máquinas onde respectivamente se vive, habita ou processa um simples fenómeno biológico, o que traduziria afinal a inconsciência ou menosprezo dos laços subítis que ligam o criado ao criador, ao supremo Criador e Arquitecto, jamais o templo poderia ser construído em função das frequências, médias e índices numéricos elaborados sobre a massa de fétis pelas técnicas estatísticas. Na origem dessa pecaminosa consubstanciação do indivíduo, estaria necessariamente uma degradada religiosidade, pois que o autêntico espírito religioso investe o homem em toda a sua amplitude, na sua íntegra dimensão natural e sobrenatural, como microcosmos que é, termo médio entre as essências cósmica e macrocósica.

A importância do culto externo, e assim dos mitos, dos ritos e dos símbolos, consiste em transcender a subjectividade e a individualidade do culto interior, objectivando-o através da igrégia comunal. O fenómeno religioso toma, pois, o significado de algo que re-liga ou re-une, integrando o conteúdo místico do sacramento. Ao símbolo caberá realizar no belo, o esplendor do verdadeiro, atingindo o sublime no ponto em que a multiplicidade dos seres, se toca com a Unidade do Ser. Tal a perene missão da arte sacra, esse o inesfável destino do artista, quando iniciado, iluminado ou inspirado por uma superna e transumana inteligência.

# EXISTÊNCIA E CIRCUNSTÂNCIA PORTUGUESAS

Por JOSÉ VALLE DE FIGUEIREDO

As correntes existenciais garantem a sua necessidade na medida em que vieram inscrever-se num tempo que negava o universo sistematizado, o cosmos absolutamente lógico. Já que o ordenamento lógico pressupõe uma tentativa de redução do contingente ao necessário, ou do movimento circunstancial ao movimento meta-circunstancial, já que a circunstância se inscreve integralmente na História e a razão no seu conceito de plenitude desligada não consegue inscrever-se em parte alguma, já que «o Sábado é por causa do Homem e não o Homem por causa do Sábado» (Evang. seg. S. João) ou, e ainda, a ratio profecta (est) a rerum natura (Cícero, Tusculanas), seria por tudo isto legítimo esperar que uma vez o determinismo histórico fosse posto à prova, o Homem surgisse com uma camisa que era mesmo dele. Aparecendo o Homem imediatamente surgiria o seu quadro existencial, a sua circunstância. Esta rebelara-se e as consequências estavam à vista: a sua supremacia. O denominador comum das correntes existenciais é, assim, a Circunstância (o circunstanciado e o circunstanciante). Melhor — uma fenomenologia da Circunstância.

Aqui, neste ponto, se poderá falar em Cultura Portuguesa e Existencialismo, tema que já serviu a António Quadros para fazer um importante ensaio.

Aquela geração que nasceu para o Pensamento depois de 50, e que seguiu e segue, de uma maneira ora mais ora menos esbatida, com muita ou pouca ou nenhuma influência (mas esta sempre em referência) o sábio, no sentido integral de Sabedoria, o sábio, dizia, mestrado de um intenso (a palavra intensidade é das mais importantes e artísticas, no sentido alvarístico, da Língua Portuguesa) Filósofo que é Álvaro Ribeiro, dentre os dessa geração, cuja característica principal, cremos, é a autonomia intelectual, em todo o sentido da palavra, destaca-se António Quadros, pensador Português existencialista. É evidente que ao dizermos ser Quadros existencialista, estamos a empregar o termo num sentido particular, já que existencialistas, na acepção que cremos ter sugerido, são eles todos, uns mais, outros menos intensamente.

Conceber a Filosofia como Patrio-Sofia, aí está talvez, a sua maior originalidade. O Eu pensa-se Nós. O Pensar é Pensar-se. A situação limite é a comunidade, é aquele complexo substantivo que se chama Pátria. Esta é a garantia do pensar-se. Mais — é a própria fundamentação do pensar-se. Este é a tensão que tem as suas raízes simultaneamente no Eu e na sua Circunstância imediatamente dada.

Definindo, genericamente, o Existencialismo como Gnose do Sentimento, como por exemplo faz António Quadros, entra-se imediatamente, no caminho da Filosofia Situada, e vai trazer-se ao de cima certas realidades sentimentais, dar-lhes a categoria de Palavra, meio por qual o Absoluto é agarrado pelas nossas mãos. Saudade. Viagem. A Viagem arquétipo da Existência, vai servir para estruturar todo um Pensamento, pensamento esse, cujas implicações ainda não foram de todo

extraídas. O Pensamento Português é valorizado pelo estilo de Palavras que possui, em face do Pensamento Franco-Germânico cujas Palavras-chave significam menos que as nossas. Angústia, Desespero, Náusea. Negativamente se colocam os Pensadores Existenciais franco-germânicos. «Ao simbolismo do túmulo opõe-se o simbolismo da nau, ao drama da angústia opõe-se a dialéctica da viagem». A superioridade do Pensamento Português é manifesta. Ele põe-se em contacto com o Absoluto. O Nada não se lhe revela. O Nada é portuguêsmente impensável. O Pensamento Português, e caindo já no lugar comum, é um Pensamento Épico. Engloba a «fidelidade integral de estar no mundo» e maritidamente ultrapassa-a.

O Pensamento Existencial é, orteguianamente, um Pensamento de Perspectiva, de tal maneira que esta, para ser íntegra, isto é, para ser um verdadeiro ângulo membro de um espaço maior, só se encontra no indivíduo enquanto tal e enquanto circunstanciado, na medida em que é válida e indestrutível a tensão Eu-Tu-Nós. A Perspectividade, ou melhor, à Poligonidade, opõe-se corruptivamente a universalidade totalizadora. O Tejo opõe-se a Síríus. A Situação é sucessivamente individual, sexual, social, nacional e fraternalmente universal.

António Quadros apreciou naquele seu intenso ensaio de que falámos vários pensadores portugueses da existência, ou antes, vários pensadores da existência portuguesa. Veio com isso abrir uma questão cuja importância, embora já entrevista, ainda não se instalou perfeitamente naqueles que ao assunto dedicam a sua melhor atenção: a questão de haver na tradição cultural, verdadeiros, ia a dizer precursores mas a verdade queima demais para ficarmos por aí, verdadeiros, dizia então, pensadores exactamente existenciais, que, mercê da soberania ilimitada do lugar comum, jazem no arquivo das antiguidades arrumadas. Veja-se o caso, por exemplo, do enigmático autor (Fr. Hermenegildo de Tancos?) do Orto do Esposo, arrumado na estante da «literatura didáctica religiosa» que afirmou dentro daquela época a que se colocou licenciosamente o nome de Escolástica, que a «Philosophia principalmente he o pensamento e meditação da morte...» Há mais de quinhentos anos um oculto pensador português afirmava o primado da especulação sobre a situação, como é a Morte, mais experienciável, de uma situação que, como pensa Sant'Anna Dionísio, «é mistério intensamente meditado, (...) uma experiência a cada passo vivida», e cujo «grau de consciência» distingue o homem vulgar do não vulgar (Rio de Heráclito), é uma situação-limite. Ou esse outro Heltor Pinto, ao conceber o pensamento especulativo como um «ferventíssimo e sapientíssimo Amor» (o itálico é nosso). Os exemplos são muitos e desvairados. O nosso pensamento ocultado é fertilíssimo nesse campo, sobretudo aquele que se extrai das obras dos nossos escritores medievais. Está completamente por fazer a investigação delas. E elas, estamos certos, muito espanto levantarão nos bem intencionados.

## O Chocolate mais imitado



Para Mousses e Bolos

UM PRODUTO Favorita

# CULTURA PORTUGUESA EM MOÇAMBIQUE

por

CARMO VAZ

Sob um ponto de vista económico-social, os agregados populacionais moçambicanos (Lourenço Marques, Beira, Quelimane, Inhambane, Nampula, Tete, Vila de João Belo e Mocuba) podem separar-se em localidades de antiga ocupação histórica e mediocre estabilização de vida económica dum lado, e localidades modernas de veloz surto económico e consequente rápido crescimento populacional doutro. No primeiro grupo poderemos escolher como comunidade típica a cidade de Quelimane, no segundo (Beira e Lourenço Marques) será a capital moçambicana.

Para se aquilatar da importância das duas primeiras cidades moçambicanas em relação aos outros agregados populacionais, bastará acrescentar que cerca de 90% da população civilizada vive em Lourenço Marques e na Beira.

Estas duas cidades devem o seu nascimento e rápido crescimento, como é sobejamente sabido, aos Caminhos de Ferro e à crescente utilização dos seus portos no comércio de exportação e importação da União Sul Africana e Rodésias. Não será, pois, motivo de surpresa que no primeiro quartel do nosso século a influência cultural mais sensível e profunda nas populações tivesse sido a inglesa.

O lento crescimento da imigração metropolitana, o já sensível aumento de produção agrícola, a criação de novas actividades económicas portuguesas, o resgate dos Caminhos de Ferro da Beira, alcançaram nos últimos vinte anos contrabalançar a influência cultural inglesa e, em larga medida, eliminá-la por completo. São, porém, ainda sensíveis os vestígios desta influência, quer na escala de valores do cidadão de mediana cultura de Lourenço Marques ou da Beira, quer no estilo de vida das populações, quer nos costumes familiares e aplicação de ócios.

O sociólogo Gilberto Freire, embora não tivesse tido tempo de estudar atentamente as comunidades portuguesas de Lourenço Marques e da Beira, arrisca-se todavia a manifestar a sua estranheza perante elas, encabeçando tudo o que encontrou de diferente dos restantes núcleos populacionais portugueses do Ultramar, sob a designação vaga de «modernidade».

Em contrapartida, a pequena comunidade portuguesa de Quelimane, brancos, mistos e pretos, revela a um observador atento um facies caracteristicamente português, com todas as suas virtudes e defeitos.

Pode dizer-se que a «estranheza» é o primeiro sentimento que assalta um metropolitano culto recém-chegado à cidade de Lourenço Marques. Esse sentimento de estranheza gera invariavelmente a breve termo, uma de duas atitudes emocionais antípodas, perante a vida da comunidade: ou o entusiasmo sem medida, traduzido na exaltada aprovação e adopção do estilo de vida lourenço-marquês; ou o mal estar indignado, reflectido na desaprovacão sistemática dos costumes e da vida cidadã.

A amálgama de factores culturais contraditórios e heterogêneos, criou naquilo a que poderemos chamar o lourenço-marquês típico, uma certa mentalidade característica, que sendo fundamentalmente portuguesa, oferece contudo alguns traços origi-

nais que poderemos resumir ao seguinte: atitude despreconceituosa perante a vida; sentido agudo de crítica; enfraquecimento do sentimento familiar; vago menosprezo das coisas da Metrópole; ambição e febre de progresso económico; frustração e isolamento social.

Da antiga influência cultural estrangeira, à parte pormenores irrelevantes (whisky, bridge, golf, etc.), os vestígios mais sensíveis são certas manifestações sociais de racismo disfarçado e a subserviência perante o estrangeiro, claramente revelada em todos os sectores da população.

A tendência presente é, contudo, fortemente caracterizada por um regresso às fontes da psique nacional e ao estilo característico da vida portuguesa, até no que ela tem de mais lastimoso, o baixo nível de vida. De facto, o civilizado moçambicano vai sentindo progressivamente diminuir a sua capacidade de aquisição, fenómeno económico digno da maior atenção pelas graves implicações que comporta, mas fora do âmbito desta comunicação.

Também não tem passado despercebida fora das fronteiras da Província, a progressiva perda de posições culturais estrangeiras no seio dos portugueses civilizados de Moçambique. É a verdade é que todos os que têm interesse em manter essa influência cultural redobram, ao presente, de esforços, multiplicando os meios e apoderando-se de todas as posições que possam abandonar.

Sem veleidade de esgotar o assunto e a título comprovativo, atentemos nos meios actuais e em plena aplicação da difusão informativa e cultural sul-africana em Moçambique. Enumerando:

- Três escolas inglesas onde se ministra o ensino do «afri-cânder».
- Noticiário sul-africano, «Notícias da União», diariamente publicado nos dois diários de maior circulação em Moçambique, «Notícias» e «Diário» de Lourenço Marques.
- Um jornal sonoro, «African Mirror», em exibição permanente no cinema mais central da cidade. O jornal é exclusivamente dedicado a acontecimentos na União Sul-africana.
- Remessa às redacções de todos os jornais e revistas moçambicanas e directamente ao domicílio dos escritores e jornalistas de maior renome em Moçambique, de material impresso e ilustrado, de informação, doutrina e propaganda.
- Facilidades turísticas de toda a espécie aos visitantes moçambicanos na União.
- Facilidades concedidas pelas principais livrarias de Joanesburgo aos compradores portugueses de livros ingleses e sul-africanos (conta corrente e larga margem de crédito).
- Aceitação imediata e bem remunerada de qualquer espécie de colaboração em língua in-

glesa que os escritores e jornalistas moçambicanos oferecem à imprensa sul-africana e rodésiana.

Além disso, as nações europeias com representações consulares nas cidades de Lourenço Marques e da Beira também não descuram da expansão e difusão das suas culturas no seio das comunidades moçambicanas, usando os meios mais eficientes, como o fornecimento gratuito à imprensa de artigos e noticiário.

## Factores da cultura portuguesa em Moçambique

Dando à cultura o sentido largo e moderno de toda a actividade criacional que molda as mentalidades e enforma a vida, teremos de partir do princípio de que nas comunidades portuguesas de Moçambique (civilizados e primitivos) não é possível contar-se com os factores básicos e seculares, criadores das comunidades civilizadas europeias, a saber: unidade linguística, unidade religiosa, unidade de estilo de vida, unidade racial, arquitectura histórica, indumentária característica, tradições e folclore, música e poesia populares.

Poderemos, pois, resumir os factores presentes de cultura portuguesa em Moçambique ao seguinte, devendo considerar-se a ordem significativa:

- Uso oficial da língua portuguesa.
- Ação missionária das missões portuguesas.
- Ensino oficial, rudimentar, primário e secundário.
- Imprensa moçambicana e metropolitana.
- Ocupação administrativa.
- Ação do Rádio Clube de Moçambique.
- Actividades culturais do Núcleo de Arte, Sociedade de Estudos e Circulo de Cultura Musical.

A expansão da língua portuguesa em Moçambique está condicionada ao aumento de população civilizada e particularmente à intensificação da imigração da Metrópole. É fácil de assinalar que quase todos os problemas moçambicanos invariavelmente desembocam na necessidade de aumentar a população portuguesa civilizada num ritmo mais veloz. Com menos de 100.000 civilizados para mais de 5 milhões de primitivos, não se pode ambicionar muita coisa.

Da acção missionária e do ensino oficial tudo o que por eles se fizer não será muito. Só quem viva nestas terras uns anos compreende bem e sente quanto não deve à acção missionária a presença portuguesa em Moçambique.

Como a ocupação administrativa como factor de cultura excede os limites deste artigo e noutra altura falaremos na imprensa, acrescentaremos somente um resumo da situação presente das actividades culturais do Rádio Clube de Moçambique e das organizações lourenço-marquês exclusivamente com fins culturais.

O Rádio Clube de Moçambique é uma das mais brilhantes organizações moçambicanas. Com os lu-

(Continua na pag. 7)

# PREFÁCIO AO PROBLEMA DA LITERATURA E DO MAL

por

ARMANDO LUÍS

A história e a experiência têm-nos mostrado que o homem, quer tomado em si mesmo, quer nas relações com os seus semelhantes — dentro deste vasto complexo chamado sociedade —, tem tendido para uma maior perfeição, donde se poderá inferir que no futuro processo evolutivo, essa linha ascensional continuará a ser seguida. Cada um de nós, em momentos de diálogo com o silêncio, ter-se-á interrogado sobre a finalidade da sua vida, da sua permanência neste mundo com que se toma contacto em cada dia. É posta a questão, ou a deixará em suspenso, ou achará como resposta a morte, ou descobrirá que em si, para si e para os seus semelhantes, tem uma função a desempenhar — contribuir com o seu labor para a extinção do Mal, do Mal que é condição de imperfeição do cosmos que o integra e das realidades que em si houver pertencentes a esse plano cósmico. Certo disto, nota, porém, o homem que é o próprio cosmos uma barreira que se opõe à realização desse trabalho de eliminação do Mal, labor do qual resultaria uma maior perfeição para si e, consequentemente, para a humanidade. Por outras palavras, o homem sente que tem de lutar contra esse obstáculo que, transposto, lhe permitiria alcançar um plano vital de Perfeição, Clarezza, enfim, Virtude, ainda que o fracasso que ele teme o leve a cair numa atitude de dúvida orteguiana, de angústia, que, além de prejudicial, é reflexo da síntese de realidades que ele é.

Assim verificamos que cada realização do homem é um diálogo com o cosmos, uma tentativa para o compreender, uma batalha para o transcender. O homem é, pois, um ser em luta, em evolução, em Viagem. É na arte que isso mais se nota. A arte é o Desejo, é o desejo de o homem efectuar essa viagem de fuga até ao plano do Sagrado, onde ele sente o anseio de se situar. Por isso a arte não é o simples conformismo do homem com a realidade cósmica. Não é o conformismo com o plano da ideia. É a tentativa de conformização com a Crença. Aí a arte toca a ciência, já que a realidade para o cientista transcende o plano cósmico; aí a arte toca a filosofia, já que esta tem como fim a Crença; finalmente é assim que chegamos a admitir a arte como Poesia pois esta é a mais perfeita criação do espírito do homem — mais perfeita porque ela é o limite da luta do homem na transcendentalização do plano vital actual para atingir um plano supernal. É assim também na literatura, visto esta integrar-se na arte, abstraído o conceito vulgar, materializador, por que ela é tomada no processo explanativo, isto é, no processo da comunicação. Julgamos, pois, ficar de bem com gregos e troianos ao afirmar que a Poesia não é literatura, mas não nos furtamos a manter que a literatura nos seus três modos — romance, novela e conto — se integra, quer dizer, é Poesia.

O romance é bem a maneira mais usual por que é manifestada a permanente aventura do homem, pois ele é a revivência da luta entre o Bem e o Mal, luta que segue por uma curva ascendente de supremacia daquele sobre este até à sua completa anulação. Finará então o direito de existência do romance, já que se atingiu o plano da virtude em um dos seus pontos — o do Amor. Daí em diante, ou melhor, aí só viverá o conto que é a dissecação (permitam-me o termo) do Bem, pelo que no tradicionalismo do conto não é de surpreender tomar-se contacto com o Sagrado.

Destas minhas palavras se pode deduzir que a luta (a Viagem) expressa no romance se situa, de princípio, no plano cósmico, utilizando uma ou mais realidades desse plano em oposição a uma realidade transcendente. Porém, como o artista é um homem que, por si, se situa num plano de imperfeição e porque o complexo que ele é também não é perfeito, esta luta é travada entre realidades do mundo externo com as do seu mundo interno. Não é de admirar, pois que muitas vezes a realidade representando o Mal seja a Mulher, justificada se atendermos à tendência particular da mulher para se prender ao concreto, ao que está junto de si, pela sua subordinação ao mundo em que se situa, símbolo de impotência para romper os laços que lhe atam o Desejo da Viagem. Nota-se assim que muitos romancistas utilizam o pragmatismo da mulher para a figuração da oposição ao querer do homem em percorrer o caminho para o Amor, já que o Amor é uma des-concretização, preferindo a dizer *abstracção*.

A novela é a linha recta em que se desenvolve o Mal, ou Imperfeição, recta onde se afirmam os modos de que ele se reveste quando o homem toma consciência da sua existência no mundo. A novela desenvolve-se no plano cósmico e não transcende dele, apesar de tocar a curva do romance no ponto onde o Mal suplante ainda o Bem. Toca-a somente para logo se afastar dela. Atendendo a estes caracteres não é de admirar que o escritor utilize a mulher, a contradição, a intriga próprias da sua maneira de ser na recriação da linha da novela, pelo que as críticas contra o escritor que encha as páginas das suas novelas com o pragmatismo da mulher não são aceitáveis. Não é, quanto a nós, uma aversão pela mulher. É, sim, a necessidade de concretização que lhe é imposta pela sua própria imperfeição. É, aliás, desta necessidade que nascem os estilos. É de dessa imperfeição que surge o emprego da obscenidade, não porque o artista tenha a intenção de quebrar os fortes laços da moral, nem isso seja uma revolta contra as normas da ética que regulam a sua actividade dentro da sociedade. Essa ética reveste uma forma especial quando transposta para o campo da literatura. O artista, como homem que é, pressupõe uma subordinação à moral e daí, como literato, tem que se submeter à ética literária. Sendo, pois, um artista, sendo o modo por que se manifesta o desejo de perfeição do homem, sendo um humanista, não se lhe podem aplicar *exactamente* as mesmas normas que regulam o exercício do convívio social.

A análise do valor de uma obra dentro do campo da Moral ou da Ética deve atender às circunstâncias que completam o artista e em que ele se situa: o tempo histórico e o cosmos nos seus ramos de realidade natural e de convívio humano. Sabendo que é nessas circunstâncias que o artista busca os seus temas, há que inquirir se a condenação que sobre ele lançamos não deveria igualmente ser aplicada à sociedade.

Desejava ainda chamar a atenção para o facto de não se poder explicar o homem (logo, o artista) sem se atender ao seu ambiente cósmico e, portanto, não ser possível criticar-lhe a obra (manifestação da Viagem do homem) se não tomarmos em conta o lugar natural e o agregado humano em que ocorre a sua vida. Esta é «a busca da paisagem prometida...», como disse Ortega. Esta é a condição do género dentro da literatura.



## O INCONFORMISTA

A independência do Estado da Areia Branca havia sido proclamada, após graves disputas internacionais que quase levaram à guerra mundial.

De sólido, ou melhor, de líquido, para formar o novo Estado, apenas o petróleo — o petróleo que, de um momento para o outro, jorrou dum deserto de areia branca na região mais inhospita do Norte de África. Tão mal definida era aquela terra, no que precisamente diz respeito aos ingredientes dum estado político que não existia uniformidade de raça, nem de língua, nem de religião nem de nada: uns quilómetros quadrados de areia branca, umas tribos nómadas, outras tantas sedentárias e uma espécie de cidade, por junto.

A verdadeira substância da nova soberania concentrava-se nos interesses económicos das tais potências que a todo o custo queriam evitar o monopólio da insólita riqueza, desentranhada das profundidades misteriosas do deserto. O aparato político, no entanto, criara-se dum momento para outro, num fervilhar de nomeações, eleições e debates públicos, a que a imprensa estrangeira dava um relevo invulgar.

Conto de  
AFONSO BOTELHO

Na aldeia improvisada em capital, que ainda não tinha hotéis nem asfalto nas ruas, mas onde já sobreviviam as fardas do exército e da policia, edificou-se à pressa o indispensável parlamento. Tão indispensável era que, mesmo entre andaimas e guindastes, com o barulho de mil aparelhos de construção moderna, os noventa deputados do povo começaram a discutir a lei fundamental do novo Estado. Não se sabia como e donde eles tinham surgido e ao reflectir-se sobre a legitimidade da sua eleição poderia muito bem ser lembrada aquela dificuldade de precedência que há entre o ovo e a galinha. Mas eles lá estavam em nome dos vários partidos populares.

Ao certo, apenas representavam, em número proporcional, as acções das companhias dos Estados estrangeiros que queriam partilhar o petróleo. Para salvar as aparências candidataram um deputado pelo lote de acções que entregaram à população indígena. Era ele um advogado da região de larga expe-

riência em causas de pouca monta pois só estas escapavam à justiça tribal. Tinha perdido já as humanidades que aprendera em Oxford, mas conservava ainda uma certa maneira civilizada de saber falar ou de estar calado. Foi notada a sua presença logo nas primeiras sessões por ser o único a apresentar-se com o seu fato de linho branco, à europeia, enquanto os colegas, arrebanhados à pressa nas capitais de todo o mundo, vestiam uma espécie de albornoz usado pelas tribos do deserto, como afirmação incontestável do seu nacionalismo.

O Dr. Ali, assim se chamava, manteve silêncio absoluto enquanto se aprovavam ou modificavam os primeiros artigos da Constituição relacionados com os direitos fundamentais dos cidadãos de Areia Branca. Muito diferente foi no entanto o procedimento dos outros deputados. Deram largas à oratória que, na oposição das ideias gerais e dos sentimentos particulares, levava por vezes a excessos de ódio mesmo estando em causa sentimentos humanitários. Chocavam-se na tribuna política as facções culturais ou as correntes mais em voga nas tertúlias das cidades europeias.

Nessa refrega de opiniões, distinguu-se um jovem parisiense, cujas gotas de sangue africano haviam apenas desabrochado numa voz cáldia e envolvente que, nos momentos mais graves se transformava em caudal de sons afirmativos e guturais. Era alto, ossudo e possuía uns olhos vitreos, que paravam de olhar logo que a voz iniciava a sua melopeia.

A posição deste jovem intelectual mereceu reparo porque baseava todos os seus pontos de vista na mais rigorosa ortodoxia muçulmana. Quando parecia soçobrar na voragem de argumentos contrários, o Corão defendia-o milagrosamente e nenhum adversário ousava opor-se a um baluarte religioso que devia pelo menos ser respeitado, já que não era conhecido por confessos nacionalistas. Nesses momentos a voz que antes atacara guturalmente ideias e pessoas ressoava no templo milenário da religião e sagrava o sacerdote, intocável e dogmático.

O Dr. Ali sorria. Quando alguém lhe perguntava que tal achava o jovem inconformista ele respondia pachorrentamente: vamos vê-lo no artigo 34.

O artigo 34 nunca mais chegava, tal era a demora que as variadíssimas discussões proporcionavam. E entretanto a carreira de inconformista consolidou-se. Ganhou popularidade, e a firmeza chegou até às tendas do deserto, porque se dizia ser ele o verdadeiro nacionalista do parlamento. O halo de heroicidade envolvia-o, não obstante se poder afirmar que todas as suas vitórias nasciam de apressados recuos, de fugas, para o refúgio do Corão.

Em dada ocasião, porém, as companhias, sedentas de petróleo, começaram a achar que aquele filho era demasiado pródigo e impuseram aos seus jornais as reservas que convinha para o momento. Foi a ameaça de passar a segundo plano e de desaparecer do mundo imaginário em que a imprensa o tinha lançado.

Certo jornalista de escândalos aproveitou até a oportunidade para publicar uma fotografia em que o herói fugia apavorado, de noite, pelas ruas selváticas da capital, na frente dum pobre camelo, que tomara por animal feroz.

Felizmente para o inconformista a fotografia não foi levada a sério; mas ele, que conhecia a verdade, aceitou o aviso e moderou consideravelmente a intransigência habitual.

Quando, por fim, o artigo 34 entrou na ordem do dia, o campeão do nacionalismo voltou a perder o domínio sobre si. Atacou poderosamente todas as tentativas claras ou ocultas da desnacionalização do Estado e encontrou no Corão mais uma regra de sabedoria para os argumentos da tenaz oposição que lhe fizeram.

Como previa o Dr. Ali, o artigo 34 do projecto de lei suscitava escaldantes discussões, significativas da importância e melindre da matéria.

A venalidade dos deputados vibrou naquela hora, como a corda tensa dum lira. Embora se exprimissem por ideologias diversas, pesava-lhes a todos o mesmo cuidado: permitir ao próximo governo a alienação legal da riqueza que fizera nascer o Estado.

Por isso os irritou, mais do que nunca, a atitude rebarbativa do confrade inconformista. Se ele era confrade, e disso estavam seguros porque conheciam a origem do parlamento como a sua própria origem, então o inconformismo que ele ostentava sem receios só podia ter o sentido dum privilégio insustentável.

A discussão do corpo do artigo durou três sessões, e acabou a terceira em paroxismo, tão longe levou o jovem nacionalista o seu amor à independência do torrão.

Por último já não havia lógica

nem argumentos, dominavam apenas nos discursos as interjeições apaixonadas. O inconformista terminou a série de intervenções arremessando à cara de todos mais uma ameaça do Corão, proferida pela voz mais solene e profética que possuía.

*O Mestre castiga severamente os homens que não querem seguir os caminhos directos. Alah dá a vitória aqueles que Ele escolheu.*

Quando o parlamento tomou a consciência de que o homem se estava a tornar demasiado inconformista, e dos vários grupos partidários se ouviam já insultos, entre os quais precisamente o de inconformista, o Dr. Ali pediu a palavra.

Trinta e três artigos em silêncio não lhe haviam grangeado grande prestígio. Em todo o caso a sua presença, até por isso mesmo, era diferente. Ergia-se dum estatura diminuta a força de realidade, de sinceridade concreta, que abria respeito e silêncio.

O discurso foi breve e incisivo. Falou na língua da região, obrigando pela primeira vez o intérprete a exercer as suas funções.

— Se o nosso colega — disse ele voltado para o inconformista — decorasse mais alguns passos do «Capítulo da Assembleia» daria da nossa religião uma ideia mais acessível à mentalidade ocidental dos deputados presentes. Logo a seguir nos diz o Profeta que: «os homens justos são absolutamente generosos para com os irmãos que se refugiam nas suas cidades». Não terá assim, colega conformista, a eterna felicidade que Alah promete.

Da assistência algumas vozes corrigiam: «inconformista». O Dr. Ali ouvindo a correcção observou:

— Eu disse colega conformista porque assim o considero. Quando o vejo levantar-se com a força e o poder de Alah, emprestados aos lábios pela memória de estudante adolescente, parece-me que estou assistindo àquelas tempestades do deserto, feitas de vento e areia. É o vento que não pertence a ninguém, a tapar-nos os olhos e a boca com a areia branca, que deu nome ao nosso novo e bem amado Estado.

O importante desta constituição, meus senhores, está no artigo que o parlamento supõe discutido. Mas não no corpo do artigo, onde gemeu a apaixonada defesa do nosso colega conformista; o importante esconde-se no parágrafo único, neste que diz: «Quando, companhias estrangeiras forem reconhecidas pelo governo nacional, em lei especialmente elaborada para esse fim, como «colaboradoras do Estado da Areia Branca», poderá este alienar-lhes os direitos de exploração dos jazigos nacionais de petróleo».

«Por este parágrafo é que se mede o conformismo ou inconformismo dos nossos concidadãos. Pode-se fazer barulho para afugentar os chacais ou atrair com canto de negaça as pobres aves que andam no céu...»

Tenho a honra, portanto, de propor a supressão integral deste parágrafo.

O parlamento cochichou durante um certo tempo e depois votou unanimemente contra a proposta do Dr. Ali.

Os jornais do dia seguinte reproduziram parte das suas palavras mas corrigiam novamente a palavra conformista para inconformista.

Não obstante a reclamação formal do Dr. Ali, o público não foi informado da versão integral e correcta das suas afirmações.

Três meses depois, o primeiro governo nomeado na vigência da constituição votada pelos deputados do povo, alienava a quatro companhias estrangeiras os direitos de exploração do petróleo do Estado da Areia Branca.



# MERIDIANO DO CHIADO

Por  
AZINHAL ABELHO

Reuniam-se os cinco camaradas no remanso do terceiro átrio, o das cadeiras de verga, ante uma luz esmaecida que iluminava as discussões e confidências.

Principiou tudo, talvez por 1940. A guerra topara-os. Eram todos artistas. A leva dos estrangeiros, que se arrastavam em destino até à heira do cais da Europa, esperando embarque para a América, fora ali ter também. Nessa altura erguia-se a Exposição do Mundo Português, em Belém. Os nossos pintores, escultores e decoradores todos tinham trabalho de empreitada e ganhavam milhares. E o Café Chiado vivia em euforia, tal como os clientes do areópago.

Acabou a guerra. Vieram as descobertas, físicas e químicas. A mais notada, a que imediatamente se deu por isso, foi a penicilina. O grito de alarme veio no «Diário de Notícias» quando anunciou que Churchill se curara duma bronco-pneumonia com esse produto novo. O sr. Fleming encheu-se de fama. Os estudantes de medicina e farmácia que ali estudavam inquietam-se com a nova fórmula. O Café Chiado viveu um dos grandes momentos.

Depois teve outros; o final do conflito, os discursos dos governantes que eram comentados, a chegada dum rei exilado, a estreia de bailados em S. Carlos...

Um estrangeiro sentou-se uma vez aqui à mesa. Pediu uma maçã assada. O criado, ficou atônito com o exotismo e foi ao balcão — e voltou. Que não; não havia maçãs. O estrangeiro na sua linguagem lá explicou que nas montanhas das casas de fruta... O criado, como bom profissional, não se deu por achado e ofereceu café; café, o velho e tradicional café; a bica e o copo de água. Aquela casa vendia café em chávena, por isso se chamava café, Café do Chiado, onde sonolentemente as pessoas alugavam uma mesa para falar aos amigos, pagando 1\$50, num preço tabelado pelo organismo corporativo. O outro pensou que aquele sítio era um clube. E para se adaptar à vida lisboeta lá ia todas as tardes, a tomar o seu café e o copo de água, vendo moças a estudar folhas de sebatas e artistas traçando riscos nos mármore das mesas.

Desaparecem da Baixa Pombalina alguns desses clubes lisboetas. Sentimos todos que nos roubam alguma coisa — o direito de sonhar na via pública por 1\$50.

Misérias e glórias do nosso tempo.

Quando desapareceu a livraria Portuguesa, todos dedicaram elegias. Caía por terra um templo editorial, um templo desenhado por Raul Lino (no emblema) que assinava todos os gritos do futurismo naquelas páginas impressas. Pelas suas montanhas passavam os êxitos. A Sá da Costa estava ainda na Calçada do Combro. A Bertrand era dos académicos. A Ferin pertencia aos monárquicos. As mais belas capas, com assinaturas de Almada, Soares, Barradas, Marques e Kradolfer gritavam por detrás dos vidros, frente ao elevador de St.ª Justa, enquanto Raul

Dias e o Mário conversavam connosco sobre os últimos sucessos de França ou de Itália.

Hoje... Onde foi a Portugália Editora está uma loja de vidros e porcelanas.

Os livros estão perto. No boletim da Unesco vem o anúncio internacional: Portugal. — Dias & Andrade, Lda., Livraria Portugal, Rua do Carmo, 70 — Lisboa.

Sim. Alguma coisa mudou. Mudaram os livros também. Aquele lugar pequeno, que recebia de Coimbra as folhas da «Presença» com versos de José Régio e Torga, passou além-fronteiras. A nossa literatura foi também.

Iria? Mas os editores continuam a entrar no Café Chiado.

Na rubrica responsável pelas edições estão agora nomes tirados da antiguidade clássica. Minerva, Ática, Ulisseia, Arcádia...

E os livros? Há mais. Não temos tempo de os ler. Espalham-se pela nossa África, Província...

O romancista Fernando Namora, que é nosso companheiro de café, refugia-se no último compartimento com o Leão Penedo e o Rogério. Os amigos, quando lhes querem falar já sabem.

Do meu lugar, donde estou a escrever esta crónica, vejo-os acalorados, discutindo... Assuntos editoriais ou inquietações literárias? Um estrangeiro chega. Diz-me que é um húngaro ou checo e que traduz os romances portugueses para a Europa-Central.

Com a proposta do professor Aquarone, apontando Miguel Torga à candidatura do prémio Nobel de 1960, os nossos escritores atingem notoriedade universal. Logo outro coro de vozes se levanta, em Portugal, para apontar Aquilino Ribeiro, com o mesmo valor.

Dois prémios Nobel num só ano! Resposta para os que afirmam restrita e pobre a literatura do nosso tempo em Portugal.

Conversa de café: Lêem-se mais livros. Editam, compram-se... O meu amigo José Carlos Andrade esteve 20 minutos na fila da caixa dum livreiro para pagar um volume adquirido.

Outro apontamento: Assinale-se que o escritor português já é vedeta.

Num dia especial, anuncia-se que o autor estará presente para autografar as obras.

O «57» está de varandim. Sempre defendeu a situação social do escritor.

Voltemos nós ao Café Chiado. Para ler e escrever! Lá estão os cinco camaradas ainda, no remanso do terceiro átrio. Sonham,

TEM-SE falado muito da presença do orfismo na cultura portuguesa. Como é sabido, a reforma órfica do culto de Diônios exerciu grande influência na filosofia de um Platão e de um Pitágoras, repercutindo fortemente no cristianismo, principalmente através das noções purificação e de vida super-terrena. Não tanto a identificação ou o paralelismo entre as figuras de Orfeu e de Cristo, como o facto de ambos os cultos partirem de uma doutrina do pecado original, chamaram a atenção dos historiadores da religião, mas com o tempo a própria semelhança dos símbolos de Orfeu aplacando as feras e do Cristo Bom Pastor, foi caindo no esquecimento.

Não é essa, segundo nos parece, a via, entre nós, de expressão órfica. Por outro lado, a narração da descida aos infernos e do amor mítico de Orfeu e Eurídice, parecem ter chegado à nossa cultura mais por influência erudita do que por uma real substanciação poética. Em que medida na realidade, o orfismo impressionou e sugestionou alguns dos nossos escritores e poetas considerados órficos, como Teixeira de Pascoais, Raul Leal e Fernando Pessoa?

Publicando, julgamos que pela primeira vez entre nós, uma tradução de quatro dos mais importantes Hinos órficos, apenas desejamos proporcionar aos nossos leitores, sem tomar partido e até sem apresentar qualquer tese interpretativa, a possibilidade de encontrar ou de negar as analogias já glosadas, muitas vezes sem conhecimento de causa.

Acrescentaremos somente algumas notas explicativas, para que melhor se compreenda o fundamento religioso e teogónico destas poesias que ainda hoje, à distância de vinte e três séculos, possuem extraordinária força e transcendente beleza.

Tudo indica que estes Hinos não eram cantados pelas primeiras comunidades órficas do VI século A. C., mas foram parte dos ritos, possivelmente de uma sociedade iniciática da Ásia Menor, porventura da Anatólia. Detadas do II século A. C., aventam-se que esta sociedade prestava o seu culto no templo de Demeter em Pergamo.

Orfeu foi um poeta e um profeta que provavelmente representou ou assumiu um pequeno grupo doutrinador, interessado em reformar o velho culto orgiástico de Diônios ou Baco.

Por isso, Orfeu foi um teolastá, isto é, um iniciador: ele revelou aos homens o significado das Mistérios. Qual a verdade última dos Mistérios órficos? Aproximar-nos-emos do seu segredo, quando compreendermos este pensamento, atribuído a Museu, filho de Orfeu: «Tudo em definitivo saiu do Uno e tudo se resolve em uno».

Se nos interrogarmos sobre a essência do contributo órfico ao culto de Diônios, concluiremos que é a noção da dupla natureza do homem: divina ou dionisíaca e terrestre ou titânica. Neste plano, a iniciação órfica é um ensino de conduta moral. Pela purificação, o homem deve eliminar em si tudo o que é titânico e favorecer e exaltar o que lhe legou Diônios.

Éis o mito do pecado original, de que nasceu o homem: os Titãs mataram a divina criança, o filho de Zeus, Diônios e provaram a sua carne. Zeus lançou sobre eles o fogo celeste, queimando-os e, dos restos dos Titãs, nasceram os homens. Assim o Homem é simultaneamente alma titânica e espírito divino.

A esta noção de dupla origem da humanidade, outras noções igualmente importantes se juntam: uma doutrina da reencarnação e a esperança numa apoteose final. É o motivo porque ocupa lugar central na iniciação órfica, o ensino dos caminhos a seguir pelo homem quando a morte o cobre com o seu manto. Nos seus ciclos de vida, morte e reencarnação, o homem afasta-se ou aproxima-se da máxima assunção da sua condição divina. O iniciado órfico julgava-se no último estágio de reencarnação — e até os seus passos na morte lhe eram comunicados, como nas folhas de ouro encontradas nos túmulos dos iniciados. Assim, uma folha de ouro proveniente de Itália meridional (Petelia), do IV ou III século A. C., agora no British Museum, rezava:

Encontrarão à esquerda da morada de Ha-  
[des uma fonte  
Junto de qual se eleva um cipreste branco.  
Desta fonte, não te aproximes muito.  
Mas encontrarás uma outra: vem do Lago  
[de Memória  
A sua água fresca corre rapidamente e  
[está guardada.  
Pronuncia estas palavras: «Sou filho da  
[terra e do Céu estrelado,  
Mas a minha origem é só o Céu. Vês o  
[sabeis.  
Estou sedante e morro. Ouvi-me depressa  
A água fresca que fuge do Lago da Me-  
[mória.  
E os próprios guardas te darão a beber a  
[água da fonte sagrada.  
E depois, entre os heróis, serás o mestre.»

(Continua na pág. 18)

# 4 HINOS ÓRFICOS

«Vem, noite antiquíssima...»  
FERNANDO PESSOA

## INICIAÇÃO

Falo só àqueles que têm o direito de ouvir  
E que a todo o profano cerram o templo.  
Escuta-me, Musa, filha do porta-luz,  
Vou-te revelar a verdade total:  
Possam os sentimentos que foram teus um dia  
Não te afastar para longe da vida mais cara,  
Vê o Verbo divino, fica perto dela,  
Usa o coração e a sua força de espírito,  
Depois, segue a estreita senda,  
Sabe contemplan do Universo o Rei!  
Ele é Uno, e si mesmo se gera e tudo d'Ele nasce,  
Em toda a parte está. Nenhum mortal O vê,  
Mas Ele vê tudo nas coisas criadas.  
Do mal por Ele o nosso bem renasce.  
Da guerra sangrenta e das penas em lágrimas.  
Não há outro rei grande como este Senhor,  
Mas não O vejo, que Ele está na nuvem  
[Nos olhos dos mortais as pupilas são mortas  
Para ver o Todo-Poderoso para sempre impotentes),  
A Sua morada é sobre o céu de bronze,  
E o Seu trono é de ouro. Os Seus pés poeiram na terra,  
A Sua direita estende-se até ao fim dos mares,  
Até ao fim do espaço e estremece n'Ele  
Os rios, os altos montes e no Oceano azul,  
Os abismos coroados de espuma embranquecida!

## ZEUS

Zeus, Senhor do trovão, é primeiro e último.  
Zeus é cabeça e Meio, Pai do universo.  
Zeus é varão e Zeus é imortal virgem,  
Zeus sustenta a terra e o céu estrelado,  
Zeus, sopro universal, fogo infinito,  
Zeus, raiz dos mares, Zeus Luz, Zeus Sol,  
Zeus Senhor, Zeus princípio e criador de tudo!  
Ele é a força, o Arcajo e o Mestre,  
Ele é o corpo único em que o universo morre,  
O dia, a noite, o fogo, a terra, a água, o ar,  
O Medo antigo, o Amor de cem prazeres!  
Só o corpo imenso de Zeus sabe tudo conter.  
A sua cabeça e o seu cenho são maravilha ao ver,  
Tal o céu resplandecente onde as estrelas vivas  
Deixam pender (oh esplendor!) do seu cabelo o ouro...  
De ouro brilham sobre as suas fontes  
Duas hastes de toiro,  
Oriente, Ocidente, Caminho dos deuses,  
Seus olhos são o sol e a lua oposta.  
Sem erro, o seu espírito é imortal éter:  
Ouve tudo, sabe tudo. E nada no mundo existe  
— Palavra ou infimo som ou ruído ou só rumor —  
Que não possa abrançar o Senhor  
Todo-Poderoso!

## HINO À NOITE

Venho cantar a geradora de homens e de deuses, venho cantar a Noite.  
A noite é fonte do Universo e a chamamos ainda de Cypris.  
Escuta-nos oh divindade bem-aventurada, resplandecente de estrelas,  
oh sol negro

Que alegre a paz e a calma e o múltiplo sono,  
Oh Felicidade, oh Encantamento, oh Rainha das vigílias, oh Mãe dos sonhos,  
Oh Consoladora, Tu que dás repouso a todos os tormentos,  
Oh Adormecedora, Cavaleira, Luz negra, Amiga Universal,  
Oh Inacabada, oh simultânea da terra e do céu,  
Oh Harmonizante, tu que jogas com os ímpetos tenebrosos,  
Tu que retiras a luz da casa dos mortos e que para ela sempre de novo foges!  
A terrível Fatalidade é de todas as coisas a Senhora,  
Oh Bem-aventurada Noite, oh Milhão de Felicidades, oh Universal Ternura,  
Escutando a voz súplice que te implora, oh Indulgente,  
Possas tu afastar os terrores que cintilam na sombra  
E surgir-nos benévola!

## HINO AO SOL

Escuta-me, oh Bem-aventurado, tu, eterno olhar,  
Titan, Luz de ouro, Altíssimo, Claridade do céu,  
Nascido de ti mesmo, Infatigável, doce Visão dos vivos,  
Pai favorável da Aurora, gerador do prenúncio da Noite,  
Senhor das Estações, oh dançante sobre os teus quatro pés,  
Oh Rápido, oh Sibilante, oh Flamejante, oh Radioso, oh Auriga,  
Tu que te lanças em turbilhão por sobre a estrada do círculo infinito,  
Tu que conduzes os homens piedosos à beleza, tu que te irritas contra  
os ímpios

Oh Conductor da corrida harmoniosa do mundo, oh Lira de ouro!  
Anunciador da bondade, oh jovem príncipe das estações ainda,  
Mestre do mundo, Tocador de flauta, corredor de fogo, caminhante  
em círculo

Porta-luz, Multicolorido, Vivificante, oh Poeta, oh Fecundo,  
Oh Verdejante, oh Puro, Deus imortal, Pai da duração,  
Oh Calma, oh Visível a todos, vista de todo o lugar sobre o universo,  
Tu que extingues e acendes os raios de luz bela,  
Sinal de justiça, Amante da água, Rei do Universo,  
Guarda seguro, eternamente Altíssimo, Consolador dos aflitos,  
Ohlar de justiça, Luz de vida, oh Cavaleiro,  
Tu que com golpes de chicote brilhante conduzes o teu carro de quatro rodas,  
Escuta as nossas palavras e concede  
Uma vida feliz aos Iniciados!

(Tradução de A. H.)

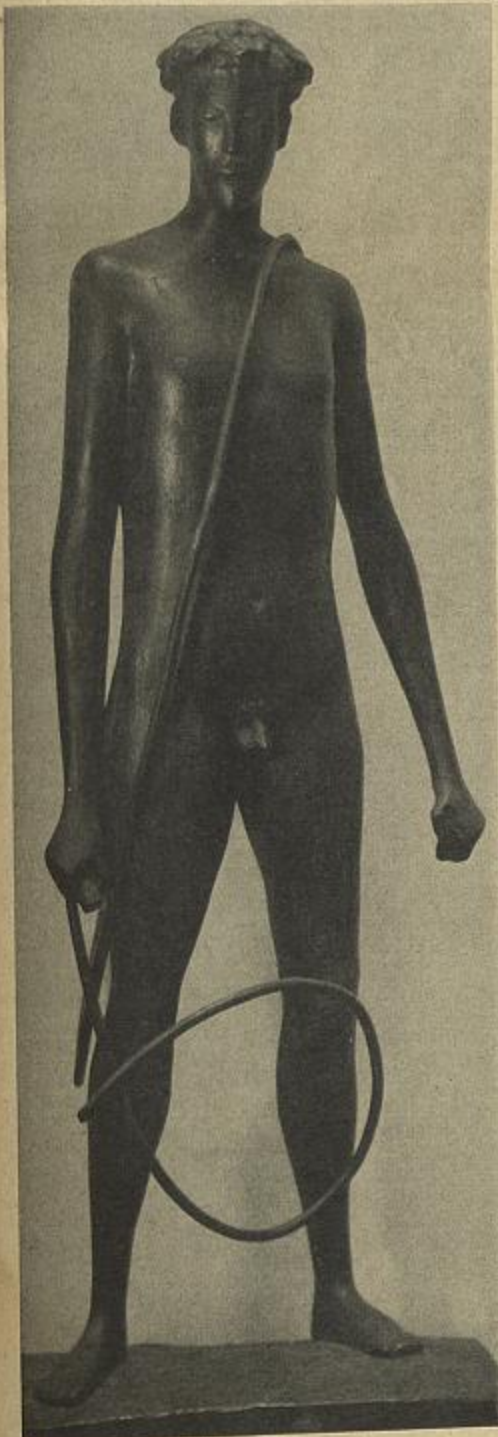




## ARTISTAS PORTUGUESES

# MARTINS CORREIA escultor

por  
ANA HATHERLY



Para além do facto de ter publicado um livro de poemas, Martins Correia é muitas vezes chamado o escultor poeta. Que quererá isto dizer em valores plásticos, em linguagem de pedra, bronze, barro ou simples carvão? Uma complexa preocupação de comunicabilidade expresse tanto pelo ritmo formal como pelo ritmo vivencial? Confusão. A linguagem da poesia é uma, a da escultura, outra. Quando Martins Correia quis fazer poesia escreveu um livro de poemas.

Na invenção plástica Martins Correia surge frequentemente como um desenhador de arabesco e um escultor do etéreo. A sua ética difusa, oscilando entre a mitologia grega e a mitologia nacional, seria desconcertante se toda a sua obra não assentasse sobre um poderoso eixo, eixo que é mais ainda aspiração do que consistência: a ânsia de auto-superação através duma dinâmica espiritual. Def o traço fino, o retrato incorpóreo. Entretanto, a sua forte vocação lírica — que o levaria fácil-

mente a uma concepção da natureza e dos seres — contrariada pela resistência ao devaneio que a natureza dos próprios materiais opõe, impelle-o para o caminho de libertação do desenho de arabesco e do desenho a cores.

Não esqueçamos como o desenho é anterior à execução da escultura, nem esqueçamos a sua função primordial e a sua natureza: quando falamos dos desenhos de Martins Correia referimo-nos ao seu desenho não-escultórico, se é possível, e muito principalmente, ao seu desenho a cores, para nessa categoria salientarmos os desenhos de figura em que o ser é apresentado como verdadeira alegoria e outros sem qualquer outra dimensão que não seja o imponderável.

Como escultor, Martins Correia aparece, acima de tudo, um construtor espacial. Como nos seus desenhos, as suas figuras dificilmente assentam na terra e, ao eleger a cabeça como motivo central do seu interesse, acentua a sua intenção de

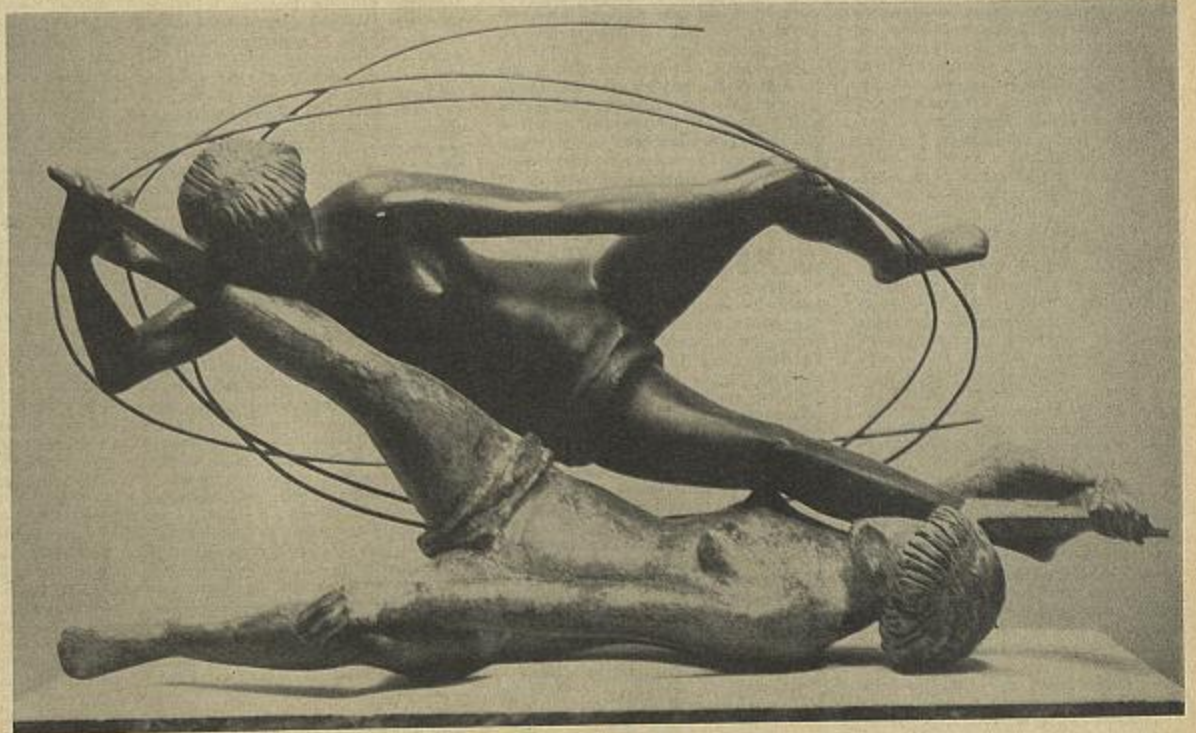
espírito. Coreográficos, dançantes, os seus seres revelam uma natureza que tende à harmonia das coisas pesadas com o etéreo. Mas não há nenhum drama na oposição destes valores nem a sua diferença gera alguma verdadeira contradição: fluindo, girando, encontrarão porventura a sua complementariedade na constante do ritmo.

A sua urgência de dinâmica que parece desprezar a força do ritmo contido — ela que é toda ritmo suspenso, a escultura! — fere-se na imobilidade teórica da grande estátua. O seu sentido do movimento dos volumes monumentais exprime-se através da fragilidade, por oposição. A sua dimensão do grandioso é toda à escala humana, do homem físico projectado num ritmo espiritual. O rosto humano, pelo seu carácter móvel, pela sua maior acessibilidade, é o seu campo favorito de investigação criadora. Forma pela forma, não. Cor pela cor, não. Forma pela cor, cor pela forma, cor e forma pelo movimento: eis a sua estética.

Situar a obra de Martins Correia na cultura portuguesa pode parecer mais difícil do que situá-la numa cultura europeia. Pelo culto formal, pelo culto espiritual, pelo culto da transcendência, inclui-se facilmente na tradição greco-latina, aliás, um dos fulcros da cultura portuguesa, mas

pelo seu carácter lírico, pela sua faculdade de interpretar o homem universal, pelo seu cunho de compreensão e generosidade, revela-se um artista verdadeiramente português.

Ausentes embora o saudosismo e o sentido dramático da existência, o seu sentido rático descobre-se enorme na sua vasta galeria de imagens do génio nacional. E quando interpreta o carácter do povo, embora transfigurado, pela invenção plástica, é ainda o sentido universalista da alma portuguesa o que melhor exprime: do português, o homem de espírito, o descobridor, o homem do mar, o cantante. A cada um procurou entender como um todo, a cada um quis dar o que lhe pertencia, entregando-se na interpretação: príncipes, poetas, marinheiros, sábios, anjos ou pastores, alguns sorriem outros fitam, mas em todos a interrogação subsiste, mesmo no voo ritmado da composição, mesmo no afastamento do dramático.



RITMO — Estudo para o Parque do Estoril

# O homem contemporâneo no labirinto burocrático

II

## DEPOIS DA SIMPLIFICAÇÃO

No número 6, de Março de 1959, dedicámos as primeiras páginas do nosso jornal ao tema da asfixia burocrática, seriando os respectivos problemas numa sistematização que intitulámos O homem contemporâneo no labirinto burocrático. Que o tema tinha escala nacional e que era urgente encarar de frente uma das causas da falta de espírito criador que a moderna mecanização do trabalho e do funcionalismo impõe, prova-o o facto de, posteriormente, o Governo ter lançado uma vasta campanha de simplificação dos serviços burocráticos, num saudável desejo de oferecer melhores condições tanto a funcionários como a contribuintes. A velha engrenagem, todavia, não pode ser revolucionada de um momento para o outro e oferece aquela resistência que lhe vem dos seus pergaminhos e da sua rigidez e anquilosação. Algumas das providências tomadas pelo Governo foram sem dúvida recebidas com alegria por toda a Nação e merecem, por isso, o nosso melhor aplauso. Na intenção de colaborar com tudo quanto procura o bem público, não nos furtaremos todavia a fazer alguns comentários que talvez venham a ser úteis a todos quantos pensam a sério, e com responsabilidades, nestes altos problemas.

A medida legislativa mais importante foi a alteração do horário dos funcionários públicos, elaborado, segundo se diz, na intenção de corresponder à campanha nacional a favor da semana inglesa ou, como outros dizem, da semana católica, propiciatória da santificação do domingo. De certo que os servidores do Estado beneficiaram da libertação das tardes de sábado, mas este benefício não foi gratuito nem completo, visto que todos os dias úteis foram aumentados em mais meia hora de trabalho. Isto veio revelar que o trabalho dos funcionários públicos é contado à hora. Ou seja, que o trabalho burocrático que é suposto ser, pelo menos nas categorias superiores, um labor intelectual, é computado à hora como qualquer faina industrial ou comercial. É uma ilusão julgar que o Estado economiza tempo útil com essa meia hora de tarde, porque esse suplemento, marca já um período de cansaço psicológico e até fisiológico. É certo é que, não sendo uma máquina, o homem está submetido a leis de energia vital que importa considerar. A linguagem popular assinala esta realidade na crítica que faz aos horários dos serviços públicos quando diz que os empregos do Estado são empregos de estar. É o livro de ponto.

Há que distinguir entre o horário das repartições abertas ao público e o horário de trabalho dos funcionários. Temos, por exemplo, os serviços dos Correios, que estão permanentemente abertos ao público, pelo menos em algumas estações. Deve generalizar-se essa prática a todas as repartições às quais o público ocorre por necessidade de comprar valores, entregar requerimentos, solicitar licenças, obter certificados, pedir informações, etc., o que geralmente lhe convém a horas consideradas de descanso para todos. Por este motivo seria de considerar a hipótese da multiplicidade de horários para os trabalhadores, a fim de atender às conveniências recíprocas no uso das horas livres. Não se compreende, por exemplo, que as bibliotecas estejam abertas exactamente às horas em que os estudantes estão nas aulas e os empregados nos seus escritórios. O serviço contínuo não obriga ao trabalho contínuo, que pode e deve ser garantido por turnos. Assim, os turnos da tarde seriam confiados predominantemente às mulheres visto que, nem por ser empregadas deixam de ter sua obrigação familiar e moral inerente ao seu sexo, os trabalhos caseiros e os cuidados com os filhos ou familiares. O mesmo diríamos até quanto às escolas, pois obrigar os raparigas a sair demasiado cedo de casa, é desvinculá-las da colaboração familiar em que devem ser educadas, o que afinal parece mais importante ainda, do que as noções abstractas ou técnicas que, na melhor das hipóteses, adquirem para sempre. Na melhor das hipóteses, quer dizer, no caso de concluírem os cursos.

Na nossa ânsia de progresso, levamos mais longe as nossas propostas,

dignas de reflexão. Queremos dizer que também aos estudantes, maiores de 21 anos, deveria ser facultado gozar de um horário de trabalho mais suave, e portanto compatível com a frequência matutina das aulas nos edifícios universitários. Assim, trabalhando efectivamente só durante o período da tarde, desde as 14 horas às 17.30, poderiam sujeitar-se a uma remuneração menor, ou a uma categoria menor, sem perderem contudo os outros direitos de que gozam os trabalhadores. Este horário dos estudantes, ou trabalho de meio turno, poderia ser também o dos intelectuais que o requerem. Mas isto ficará para outra oportunidade, quando nos ocuparmos com a protecção aos escritores.

Onde a burocracia se torna porém em labirinto mortal, é na exigência reiterada de papéis, sempre com os mesmos dizeres todos os meses ou todos os anos. É assim que em muitos serviços públicos, onde existe já um documento com os dados de identificação referente ao indivíduo (nome, filiação, idade, estado, profissão, residência, etc.) para início de um processo numerado, nem por isso se deixa de exigir periodicamente a repetição dessas indicações que aborrecem o enfadado, sem benefício visível, para o contribuinte. Nas juntas de freguesia, por exemplo, há um recenseamento eleitoral para chefes de família, o que não impede que o mesmo titular tenha de repetir a documentação anualmente para o processo do abono de família e assim sucessivamente, com duplicações e triplicações que absorvem o trabalho inútil dos funcionários, despesas e cansaços dos contribuintes.

A exigência periódica e excessiva de preencher formulários com os mesmos dizeres irrita o público e revoltam contra a burocracia. Vangam-se os burocratas dizendo que o papel não está em termos, porque lhe falta uma virgula, porque tem erro num algarismo ou um lapso de ortografia. Depois é a exigência dos abonadores, dois respeitáveis comerciantes da nossa praça, a fiança de um capitalista, o aval de uma casa bancária, a assinatura reconhecida pelo notário, conforme os casos, mas, enfim uma série de diligências e de delongas que fazem perder mais paciência, mais tempo e mais dinheiro ao cidadão português. Ele preferiria pagar mais, mas tudo de uma só vez. Falta um selo fiscal, que a repartição não vende, mas que pode ser comprado na tabacaria lá ao fim da rua. Os velhos funcionários encaram tudo com indiferença e ceticismo, às vezes com ironia e bom humor. Mas as velhas funcionárias, que não se caracterizam pelo temperamento fleumático, essas, não dominam nem ocultam o azedume contra o particular que lhes dá que fazer, esquecidas de que a isso o leva a imposição da lei.

Em resumo: o particular deseja que as repartições públicas, os escritórios das empresas, os estabelecimentos comerciais estejam abertos de sol a sol, sem portas fechadas nem postigos corridos às horas em que haja maior liberdade de movimentos, isto é, às horas em que os outros menos trabalham. O particular prefere pagar por mais alto preço uma certidão, um certificado ou um atestado, desde que lhe evitam as andanças de uma via sacra por invios caminhos de sacrifício. O particular desejaria, enfim, que não o obrigassem a preencher tantos formulários, quando requeresse o livre gozo ou livre exercício dos seus legítimos direitos.

Outra medida legislativa, recentemente tomada pelo Governo no sentido de desburocratizar o Estado, é aquela que permite transferir ao funcionário imediatamente inferior a competência para assinar documentos que devem ser entregues nos prazos requeridos ou regulamentados. Assim os papéis não param por falta de uma assinatura. Nem por isso andam mais depressa. A demora está, como sabemos, nos chamados despacho dilatatório, especialmente aqueles que mandam ouvir determinada entidade, consultar determinado serviço, pedir o parecer de determinada autoridade, o que significa demasiada consideração pela multiplicidade de opiniões

(Continua na pág. 13)

# C R Í T I C A

## P O E S I A

A POESIA DE ANA HATHERLY

A propósito da poesia de Ana Hatherly — cujo último livro *As Aparências* (1), suscitou perplexidades e dificuldades de interpretação — tem-se falado em Fernando Pessoa, não porque existam semelhanças formais ou até do conteúdo, mas porque em ambos os casos estamos perante uma poética que, ultrapassando o momento lírico na articulação de toda a visão instantânea e uma visão mais vasta e profunda, parece aproximar-se perigosamente da elaboração conceptual, muito embora se revista de imagens e ritmos. Eis porque, já a respeito dos Poemas de Alberto Caeiro, já a respeito da Mensagem de Fernando Pessoa ou de *As Aparências*, se tem usado a designação filosófica de sistema. Tal classificação parece-nos todavia inexacta, a não ser que se chame sistematização ao trânsito que nalguns poetas se verifica, da poesia lírica propriamente dita, canção, balada ou elegia, para a poesia épica ou epicizante, romance, ode, canto ou epopeia. Neste último género, sempre o espírito do poeta domina o momento ou os momentos, religando-os por uma dinâmica que simboliza a dinâmica do tempo na própria vida transinstantânea.

Dentro do modernismo, estas formas subsistem — e não apenas as líricas, como por vezes parece julgar-se — muito embora se exprimam agora através de formas tão originais e inesperadas, que difícil se torna em realidade aceitar a sua inclusão nalguns géneros. O que difere e o que se mantém na evolução da epopeia de um Camões para um Fernando Pessoa? Para que haja epopeia é necessária uma total identificação do individual e do colectivo, isto é, do poeta e do seu povo (Homero, Virgílio, Camões) ou do poeta e da sua religião (Dante, Tasso, Milton).

Não há lirismo porque o eu se apaga ou intenta ocultar-se, subsumido na objectivação de um movimento espiritual que o excede, seja o dos Portugueses para a Índia, seja o dos Homens para Deus. Acima de tudo, enquanto o lirismo é a expressão do instante isolado, a poesia épica em qualquer das suas modalidades, canção de gesta, novela de cavalaria, romance tradicional, conto de fadas, romance prosaico ou epopeia, é como que uma revelação do movimento, movimento do homem no círculo humano ou na aspiração de o transcender pela inserção na história — história da humanidade, história do mundo, história da divindade.

Com a época moderna, todavia, esta identificação do individual com o colectivo perde-se, cada homem ou cada poeta sente-se fechado no seu subjectivismo e tornam-se pois anacrónicas as tentativas de ressurreição das épicas à maneira antiga: é o caso da Visão dos Tempos de Teófilo Braga e do D. Jaime de Tomás Ribeiro. Eis por que novas formas, inteiramente novas, traduzirão agora o espírito do género: no mais alto grau, é o caso da Pátria de Guerra Junqueiro, do regresso ao Paraíso e do Maranau de Teixeira de Pascoas e ainda da Mensagem. Em escritores menos dotados de faculdades poéticas, temos explicado o prodigioso desenvolvimento dos romances, contos e novelas, de ritmo prosaico, bem como de singulares expressões propriamente poéticas que, vividas ainda de um certo lirismo de procura e de um certo alegorismo e consciencialização da relação perdida, erguem alta o facto da gesta do movimento humano.

Na Mensagem, o movimento do homem português é transposto em formas rítmicas, simbólicas e epigramáticas ou lapidares onde o fenómeno espiritual é constantemente significado pelo fenómeno histórico. São as formas mais apropriadas à imaginação masculina, capaz de assumir o destino e a chefia espiritual de todo um povo e o seu mito, na actualização dos mitos prometéico e órfico.

Acertando-se — como é doutrina expressa por vários colaboradores desta revista — a diferença substancial dos princípios masculino e feminino, diferença que nada tem que ver com noções de superioridade e inferioridade, mas fundamentalmente com o sistema das relações entre corpo-alma e espírito, impondo diversas modalidades de imaginação, sensibilidade e criação, é válida a pergunta sobre as possibilidades femininas para a expressão do épico. Em nosso entender, se a epopeia propriamente dita nasce essencialmente do espírito masculino, todas as restantes espécies épicas estão ao alcance da invenção feminina, desde que esta, assumindo-se e consciencializando-se, compreenda em que medida pode e deve ultrapassar o instantâneo lírico

que é por assim dizer, o prelúdio à iniciação poética.

Ana Hatherly acaba de nos dar o exemplo mais perfeito da invenção de uma modalidade épica, onde a máxima tensão espiritual se coaduna com a específica relação alma-espírito que é a da mulher, escolhendo como ponto de partida para a sua visão do ser, o conto de fadas. É a mulher que secularmente narra a história de fadas e é enquanto compreende em profundidade o seu simbolismo implícito, que forma e educa os seus filhos ou os seus netos. Ao contar e repetir o movimento do príncipe em direcção à princesa adormecida que ele irá desencantar, o narrador sabe bem que assim diz, porque o homem compete despertar a mulher para o amor e para a luz, paradoxalmente recebendo tanto o mais do que o que dá.

De modo equivalente, Ana Hatherly, interpretando poeticamente os dois contos de Lewis Carroll *Alice no País das Maravilhas* e *Na Casa dos Espelhos*, revela uma visão em profundidade do mesmo real que nos cerca e da luta do homem para vencer as aparências que limitam o seu desejo de conhecimento. Vale a pena analisar esta obra ímpar na poesia portuguesa.

2

Abre o livro um breve poema sobre concepção oriental e platonica de Ana Hatherly. «Aparências é o que aparece / O que parece / E parece», canta a poetisa. Vivemos pois num mundo de aparências ou de ilusões. É algo de aprentado ao mayas indiano. Mas se as aparências ocultam, também revelam. Para conhecer a verdade, será necessário perseguir os reflexos que apesar de tudo as aparências mostram, pois «O reflexo é uma subtil denúncia: / Do indizível ser / É a pronúncia, / No temporal viver / É ténue recordar». Encontramos aqui o traço evidente da teoria platonica da reminiscência, que aliás se relaciona com os mitos órficos e indianos da reencarnação ou, de outro ponto de vista, com o inconsciente colectivo de Jung, que confere ao homem a experiência supra-individual dos arquétipos do seu inconsciente profundo. A denúncia do reflexo: eis pois o que tentará Ana Hatherly — para que as aparências, revelando-se na sua secreta mensagem, deixem de ser prisão, para ser libertação.

Num primeiro plano, as aparências que se dão e se negam a todo o ser físico de conhecimento, são as do mundo físico, as da natureza. Para as atender e entender, utiliza a autora a tradicional doutrina dos quatro elementos, não tanto evidentemente como a assumiram os pré-socráticos e mais modernamente um Paracelso, mas no modo como Hegel as compreendeu, isto é, como símbolos das forças de natureza. Os quatro elementos — o ar, a água, a terra e o fogo — são aprentados em outros tantos poemas em que, não apenas uma imagética riquíssima sugere a natureza íntera, como sobretudo, o ritmo próprio de cada um traduz a sua presença existencial nas suas múltiplas formas. Paradigmático deste perfeita correspondência entre imagens e ritmos é, por exemplo, o poema sobre a água, em que o canto despoja as essenciais formas líquidas: «A água é o ar realizado. / É inquieto: / Gira? gira, / Corre, cai, / Cante, chora, / vem e vai. / Sob o ar em que desce, / Vive a permanente queda / Da sua condição. / Orvalho que se torna fonte, / Chuva violenta que se faz torrente, / Rio que se afirma, / Mas que se revolta, / A água solta-se da terra / E se transforma em nuvem. / Mas a mesma força que a liberta, a prende, / A terra que domina / A atrai, / E assim é que do novo cai / E sempre, / Cumprindo o ciclo da renovação: / A água é uma força que em si não tem mão». Os elementos, como por este poema se vê, transformam-se porém uns nos outros, movidos em ciclos e numa força que eles em si próprios não compreendem e não mostram. Até mesmo o fogo, o primeiro e o último dos elementos — se revela enigmáticamente: «De toda a criação / O fogo é o elemento. / A sua origem é a sua duração, / A sua natureza e sua consistência: / A sua acção / É a sua própria essência».

Quer dizer, a física é incompleta, a sua essência é acção e as suas aparências são reflexos de outras aparências. Por isso, o poeta olha o mundo com os olhos da criança, criando símbolos e mitos, transcendendo estes mitos e símbolos em poesia que é saber. A sua viagem pelo mundo já não é pois em exclusivo uma viagem na natureza, nos elementos — é uma viagem através de todas as dimensões que ao homem são dadas originariamente, é uma procura não tanto já de substâncias (como o seria a química dos elementos) mas do verbo (alquimia dos elementos). Alice entra num país em que os elementos físicos se desnudam subitamente ao seu olhar ingénua e sábio e as noções abstractas do mundo quotidiano (o tempo, o espaço, a dor, etc.) abrem-se ao seu olhar translúcido. A experiência vital da mulher e da poetisa surge-nos transposta, transcendentalizada, representada na personagem do seu epos mágico e mítico: Alice. Ana Ha-

therly não vai, obviamente, narrar os acontecimentos, os sucessos e as peripécias da história da menina Alice que adormece, sonha e penetra num universo em que os animais falam, há elixires maravilhosos, os espelhos são portas e as cartas de jogar e os tabuleiros de xadrez se comportam como seres humanos e naturais.

Reflectindo uma verdadeira experiência de viagem, a sua poesia é uma essencialização. Deste modo, os seus passos são as assunções e revelações de sucessivas aparências, isto é, de sucessivas experiências de aparências. É como se, vêa a vêa, no paradigma de uma iniciação (tal a dos véus de Isis) a sua personagem, que é ela mesma e através de si mesmo, é a aspiração humana do movimento do conhecido para o desconhecido, é como se, vêa a vêa, uma verdade profunda fosse sendo mais luminosa e menos distante. Para tão elevado fim, Ana Hatherly encontra caminhos de absoluta originalidade, adoptando à máxima potência a multiplicidade das faculdades gnoseológicas do poeta. Eis como se processa esta épica feérica e transcendental. Tomemos os pesos indicados nos dois capítulos principais, «Alice no país das maravilhas» e «Na casa dos espelhos». O primeiro passo: uma legenda, «É tarde, é tarde», frase extraída do conto de Lewis Carroll e logo, em três poemas, a interpretação poética do tempo, que é uma das mais fundas e dolorosas experiências humanas. Porquê três poemas? Por que motivo toda a obra, a partir daqui, se desdobra triadicamente, em três instâncias, três ritmos, três estilos? A autora, um tanto sibilamente, indica que os três momentos correspondem à sombra, claro-escuro e luz da aparência, ou seja a três ordens de verdade a partir do superficial para o profundo. Poderia talvez ter esclarecido que, experiencialmente, estas três ordens de verdade respondem à concepção triádica do homem: corpo-alma-espírito. O saber do corpo seria sombrio e da alma, intermédio, do do espírito, luminoso.

Desenvolvendo a partir de teoria entropológica, teríamos pois três formas gnóicas ou de visão: vontade, sentimento, intuição. O corpo, sombrio ou obscuramente, quer: a alma, ligação do físico ao racional, sente ou presente; finalmente o espírito intui. Com os três estádios, completa-se a experiência da aparência, possui-se o reflexo e caminha-se para nova aparência, que por sua vez se articulará à anterior, iluminando-a, de tal modo que só o conjunto das aparências transcendidas dará o conhecimento.

Voltando à análise concreta, temos, pois, a legenda do tempo: «É tarde, é tarde». E logo a tripla experiência da vontade do corpo, sombria ainda, lírica ainda: «Depressa, depressa, / As minhas asas, o meu fato de sonhar, / Quero partir! / Depressa, depressa, / Que morra eu o viva só o meu não-existir! / Ceguemo-nos os meus olhos, / Ensurdeçam-me os ouvidos, / Quero partir! / Depressa, depressa, / Destruam-me este corpo, / Oh, libertem-me do mim! O corpo, condicionado pela natureza, condicionado pelo tempo, reage contra esta tirania de que é vítima e destruí-la se a alma, o sentimento, não sentissem uma razão para este aprisionamento: II — «No seu percurso interminado / Num interminável futuro, / O tempo se anula / E se multiplica. / Entre a saudade / E a ansiedade / Cidamos nossa vida, / Entre duas margens / E uma ilusória linha de horizonte / Nos esqueçamos / Da origem, / Que é a fonte, / A consciência deste esquecimento salva anímicamente o homem. Ele não poderia, no entanto, agir espiritualmente, se uma intuição o não guiasse no seu caminhar, se uma luz o não conduziu, visão inefável que Ana Hatherly apenas sugere ao exprimir o saber do fluir temporal e do momento da sua detenção: III — «Enquanto houver o tempo a comandar, / A dividir e o condicionar, / Tudo é correr, / Tudo é esperar, / Atrás de ti ou vou inquietamente, / Tempo, / Mas sei que me detenho / Só naquele instante em que termina / O princípio donde venho».

Seria em extremo aliciente continuar a interpretar passo a passo a rica mensagem poética de Ana Hatherly, mas tal não é possível, pois não nos chegaria para tanto o espaço. Diremos apenas que o passo seguinte, é o do lugar relativo do homem perante a verdade, isto é, a sua dimensão espiritual, sob a legenda, sempre extraída de Alice, «Quando bebeu o elixir, perdeu a dimensão; vontade («Perdemos-nos um dia, / Agora, / Com os sentidos / Seguimos os gemidos / Da recordação ...»), sentimento («Fazer do sentir uma alquimia / É da mistura ímpar de esperança e desespero, / Destilar a gota preciosa e única / Da resignação ...»); intuição («O sonho é a ponte / Que vai do infinito ao infinito ...»). Seguidamente — e não avançamos na exegese poética, embora fosse reveladora, mas o leitor terá que fazer por si mesmo a descoberta! — Ana Hatherly, sempre triadicamente, apresenta O lago das lágrimas («a dor de existir»), O corrido em círculos («a viagem de vida»), O conselho da lagarta ou o cogumelo que tanto

(1) Ed. «Sociedade de Expansão Cultural», 1959, Lisboa.

a faz crescer como diminuir (a ambigüidade do saber) e no capítulo «Na casa dos espelhos, Poesia para o outro lado do espelho (o aquém e o além, a vida e a morte). O jardim das flores vivas (a alma da natureza). E a rainha vermelha disse: aqui corre-se o mais que se pode para se ficar no mesmo lugar (o sentido da acção). Entre a rainha vermelha e a rainha branca o paradoxo do amor e da morte). Oh, que curioso sonho ou tive (a verdade do sonho, a realidade da crença, a voz enfim ouvida das coisas e dos seres, a harmonia reencontrada).

Ana Hatherly termina este livro perturbante e que, se não está destinado a fácil popularidade, representa sem dúvida um alto e profundo momento de renovação da poética portuguesa, com um poema final onde breve e epigramáticamente, se encerra toda a experiência da sua procura. E, digamos, a verdade do descobrimento e o poder traduzir tanto a sua própria busca, como toda a aventura humana de descobrir o oculto, o velado, o inominado, no desejo de transcender o tempo e o espaço. Diz Ana Hatherly: «O tempo é um passo / Que am seu próprio espaço / Cabe, / Com ele partimos / E nele regressamos / Cumprindo o indirecto plano / Da reintegração: / E a flecha / Desferida do arco de toda a invenção».

A desarmónia dos seres é desintegração de uma unidade primordial. O fim dos seres é a reintegração. Tempo e espaço são duas faces do mesmo fenómeno. A invenção divina ou a criação, espera dos homens a redenção. Por isso os poetas, artífices de reintegração, são criadores e inventores do que finito onde estão, viajam para o infinito, para a unidade reencontrada e, neste lugar, querida, sentida e intuída.

ANTÓNIO QUADROS

## FILOSOFIA

«PARA A HISTÓRIA DA FILOSOFIA EM PORTUGAL NO SÉCULO XX»

de CABRAL DE MONCADA

É, realmente, paradoxal e dramática a situação moderna da cultura portuguesa em Portugal. Enquanto as Universidades do Estado, que deveriam ser as suas defensoras mais esclarecidas e inteligentes, as suas maiores valorizadoras e movimentadoras, a desconhecem voluntária e arrogantemente, sendo ainda, os factores mais perigosos, porque de maior influência e prestígio social, do domínio da cultura estrangeira em Portugal, a Faculdade Pontifícia de Filosofia, a Companhia de Jesus e a Ordem Franciscana servidas diligentes duma religião e duma Igreja universais, são as instituições que, através, respectivamente, das suas «Revista Portuguesa de Filosofia» e «Itinerarium», as melhores revistas de filosofia portuguesa, mais têm contribuído para a descoberta, conhecimento e valorização do pensamento português. Lembrem-se, além dos lúcidos estudos de frei João Ferreira, O. F. M., no «Itinerarium», a realização do I Congresso Nacional de Filosofia e a publicação de números especiais da «Rev. Fil.» dedicados a Pedro Hispano, Francisco Sanches, Pedro da Fonseca e Leonardo Coimbra.

A relação mantém-se. Enquanto, em separado do «Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra, Cabral de Moncada, professor aposentado de direito civil e filosofia do direito, nos manda um apontamento, de escassas 15 páginas, «Para a história da filosofia em Portugal no século XX», a «Rev. Port. Fil.», através da qual o nosso pensamento é conhecido em 42 países estrangeiros, com a abertura de vistas e a objectividade que a caracterizam, acaba de publicar um número especial totalmente dedicado à «Filosofia portuguesa actual».

Os apontamentos do Prof. Cabral de Moncada dois reparos iniciais temos a fazer — a ausência de qualquer explicação quanto ao início, sob o ponto de vista cultural e filosófico, do Século XX português e a inadequação do título à obra, pois, se daquele se infere referir-se ao estudo, embora com carácter genérico e esquemático, as grandes linhas de desenvolvimento apresentadas pela filosofia em Portugal no actual século, de sua leitura em breve se conclui versar o trabalho apenas a parte menos importante e original dessa filosofia — a filosofia estrangeira em Portugal. É este facto que explica, por um lado, certas afirmações e legítimas, por outro, muitas omissões.

Explica, em primeiro lugar, a afirmação inicial de que o pensamento filosófico em Portugal no Século XX, tal como já aconteceu no anterior, não oferece grande independência e originalidade. Com efeito, tal asserção só é exacta quando referida exclusivamente à filosofia estrangeira, sendo, nesse caso, um facto evidente e necessário, pois, na medida em que a filosofia em Portugal se mostra independente e original, deixa de ser estrangeira para ser autêntica filosofia portuguesa.

Explica também, ainda que de forma menos compreensível, o considerar como honrosa compensação para esta afirmada serência de autonomia e originalidade

especulativa, o ter Portugal acompanhado, «a maior ou menor distância, embora com passo menos seguro e firme, a curva geral do desenvolvimento do pensamento filosófico contemporâneo nos seus grandes temas e problemas, nas suas preocupações e interrogações mais prementes».

Torna ainda e principalmente compreensível o afirmar-se serem o antifilosofismo e o antimaterialismo — vistos, aliás, excepção feita quanto a Leonardo Coimbra, apenas no seu aspecto de negação expressa e não de negação implícita, pela afirmação e desenvolvimento das teses opostas — e as direcções historiográfica e histórico-cultural (Joaquim de Carvalho), idealista neo-Kantiana (António Sérgio, Cabral de Moncada, Afonso Queirós), neo-positivista (Vieira de Almeida, J. H. Saraiva), existencialista (Delfim Santos, Sant'ana Dionísio, António José Brandão) e escolástica neo-tomista as principais orientações que, no Século XX, apresenta a filosofia em Portugal.

O referir-se ao «apontamento» apenas à história da filosofia estrangeira em Portugal é também a única razão capaz de explicar, sem atingir pela base a validade do esquema adoptado, e a omissão de nomes fundamentais do pensamento lusitano de novecentos (Teixeira Rego, Raul Proença, Teixeira de Pascoais, Fernando Pessoa, José Marinho, Álvaro Ribeiro, Augusto Saraiva, Agostinho de Silva, António Dias de Magalhães, entre outros) pois, segundo afirma Cabral de Moncada, muitos dos autores não referidos a menos facilmente se deixam situar e enquadrar dentro de alguma das correntes e direcções aqui tomadas como linhas gerais de referências. A razão desta dificuldade ou até impossibilidade está bem patente — estes são os pensadores originais portugueses, os quais, porque, o são, não cabem em esquemas de filosofias estrangeiras.

Alguns aspectos há, todavia, que aquela restrição no objecto do estudo, proveniente duma perspectiva inadequada ao assunto em questão, não consegue explicar cabalmente.

Em primeiro lugar, a atitude incompletamente valorizadora e até algo depreciativa da personalidade e da obra de Leonardo Coimbra, bem como a inexacta afirmação de que a sua influência não foi além dum reduzido número de amigos e admiradores que ainda hoje nos não deram uma análise em conjunto da sua obra. Leonardo Coimbra, apesar de ter sido professor universitário apenas durante os escasos doze anos de existência da Faculdade de Letras do Porto, foi o único autêntico Mestre que a Universidade portuguesa teve neste século, o único professor capaz de criar discípulos, os quais, ainda hoje, 24 anos volvidos sobre a sua morte, permanecem indefectivelmente fiéis à sua memória e ao seu exemplo. Se o número desses discípulos é reduzido, apenas a meia dúzia, eles são, contudo, os mais autênticos e válidos pensadores portugueses actuais e através deles a figura e a obra de Leonardo estão ainda hoje mais presentes entre nós do que as de qualquer filósofo vivo. E se maior influência ele não teve, a todos nós e, principalmente a uma Universidade positivista e intransigente e à curteza de vistas dos seus contemporâneos, pertence a culpa e a vergonha de assim ter, infelizmente, acontecido. Por outro lado, não é também exacto afirmar-se não nos terem ainda dado os discípulos de Leonardo uma análise de conjunto da sua obra. Além dos múltiplos ensaios e artigos que todos lhe têm dedicado, José Marinho publicou, há já 15 anos, um longo e profundo estudo interpretativo da obra do Mestre, «O pensamento filosófico de Leonardo Coimbra».

Em segundo lugar, a referência a uma direcção historiográfica, cuja inclusão, se totalmente pertinente num apontamento «Para a história da história da filosofia em Portugal no Século XX», não parece muito justificada num estudo tão breve e esquemático como este.

Também não parece muito legítima a ausência de qualquer referência ao positivismo de Abel Salazar, principalmente perante o relativo destaque concedido a José H. Saraiva.

Por outro lado, afirma Cabral de Moncada que a corrente existencialista, que denomina de ultra-moderna, parecendo esquecer ter sido já comemorado o centenário de Kierkegaard e datarem do princípio do século os livros capitais de Unamuno, Ortega, Leonardo Coimbra, Pascoais, Berdiaeff e Heidegger, não conta entre nós representantes que possam rotular-se de existencialistas, conquanto igualmente não faltem entre nós pensadores e sobretudo homens de letras [...] por ela influídos em numerosos aspectos e atitudes mentais isoladas do seu pensamento. Segundo o A., seria mais exacto dizer que não temos entre nós, em Portugal, rigorosamente, filósofos existencialistas, mas sim pensadores e sobretudo poetas que sabem misturar nos seus respectivos mundos de ideias e emoções muitas posições existencialistas ou mesmo existencialistas claramente reconhecíveis.

Ora isto não é muito exacto. Lembremos que, como já em outro lugar salientámos e como António Quadros recentemente mostrou, de forma definitiva e convincente, a Portugal cabe um papel de fundamental relevo e importância como precursor do movimento existencial, e se Bruno, Raul Brandão, Pascoais, Pessoa e Leonardo não são ainda correntemente citados ao lado de Kierkegaard, Unamuno e Kafka, isso deve-se apenas ao nosso

lamentável desconhecimento dos autênticos valores portugueses, não sendo legítimo, por isso, falar-se em autores influídos por aspectos e atitudes mentais próprias do existencialismo, os quais seriam melhor ou pior absorvidos e expressos. É absurdo afirmar que Raul Brandão, ao definir e descobrir a vivência do espanto, Pascoais ao teorizar a saudade, Pessoa ao assumir a náusea e o absurdo, Leonardo, filósofo de A. Aeglia, a Dor e a Graça, foram influídos por um existencialismo que ainda não havia.

Por último, as breves considerações finais sobre a «filosofia portuguesa» não são tão exactas, como relevam dum tom desnecessária e veledamente jocoso e trocista, denotando um mal disfarçado intuito polémico, anunciado já pela perspectiva sob a qual o trabalho é feito, particularmente na referência a Leonardo Coimbra.

Neste ponto as considerações do Prof. Cabral de Moncada ligam-se a uma argumentação pouco procedente, pois o A., partindo de um conceito dogmático de filosofia, com ressaibos positivistas, e levado por um equívoco de base, tenta refutar afirmações que nunca ninguém fez. Com efeito, ao declarar que os paladinos da filosofia portuguesa esquecem que a filosofia, necessariamente, ou será visão, e sistema racional de ideias sobre o homem, o mundo e a transcendência e as relações entre estas três coisas, ou nada será, Cabral de Moncada, não só nos apresenta uma noção bastante discutível de filosofia — o carácter sistemático desta está hoje posto em grave crise — como joga com um termo equívoco — razão — e, finalmente, talvez levado por infeliz terminologia, parece aderir a uma concepção «coexistente» do ser, ao degradar ao nível de coisas o homem, o mundo e a transcendência.

Por outro lado, aceitando e afirmando o carácter nacional de toda a filosofia, enquanto «pensamento pensado» (enacionalidade e nacionalismo podem ser, como de facto são, máxima característica e elevado quid diferenciador e individualizador de todas as manifestações do pensamento pensado, como categoria histórica, num juízo a posteriori) no que concorda com uma das teses básicas de Álvaro Ribeiro e seus discípulos, insurge-se, contudo, enérgicamente, equivocando-se, contra uma absurda ideia que, sem razão, atribui aos mesmos filósofos — a de que o nacionalismo deva ser um programa ou um ideal que o filósofo a si mesmo deva propor-se, a priori, nas realizações do seu autêntico pensamento pensantes. Ainda no número 7 do «E7» foi mais uma vez denunciado este equívoco, quando, no manifesto «Crise, Acção, Pensamento», se disse que «ou a filosofia portuguesa é constituída por todo o pensamento que portugueses criem e apresentem com originalidade e consciência da sua situação existencial e da sua língua, ou então, no nível restrito e partidário, não existe. Temos da expressão o significado mais lato que imaginar se possa: a filosofia portuguesa é a razão velada que fundamenta toda a história de Portugal, é a filosofia de Portugal, se é certo que não há acto sem pensamento prévio. Os momentos de crise histórica, são momentos de crise mental. E quando mais alto nos elevamos, mais alto se eleva o nosso pensamento. Camões, Vieira, Junqueiro, Pessoa, disseram de certo modo o mesmo que hoje, em termos mais teóricos, se procura dizer. Ou seja: que, como possuidores de uma estrutura antropológica, de uma cultura, de uma língua, em suma de uma pátria, devemos conhecer aqueles fins espirituais que estão ao nosso alcance cumprir. Eis o que implica uma gnoseologia, uma antropologia, uma teologia, uma cosmologia, uma epistemologia, uma estética e uma pragmática. Uma filosofia. Um caminho».

O presente «apontamento», se nada acrescenta, e não ser no domínio da filosofia jurídica, os artigos de Lúcio Craveiro da Silva «La Philosophie en Portugal» («Les grands courants de la pensée mondiale contemporaines») e «Filosofia portuguesa actual» (Rev. Port. Fil., tomo XIV, fac. 3-4), e, apesar de todos os reparos que acabamos de fazer-lhe, entre os quais avulta o de uma inadequada perspectiva, tem méritos evidentes, que seria injusto não salientar, pois além de ser o primeiro documento no qual a nossa Universidade procura aproximar-se da actualidade filosófica portuguesa, revela ainda aqueles características dos trabalhos do ilustre mestre coimbrão — clareza expositiva, poder de síntese e sentido do essencial em cada assunto.

ANTÓNIO BRÁS TEIXEIRA

## MÚSICA

RECITAL FERNANDO LOPES GRAÇA

Ao Salão de Exposições da S. N. B. A. fomos ouvir música moderna portuguesa. Foram os intérpretes, no canto, o tenor Fernando Serafim, ao piano, o compositor Fernando Lopes Graça. Foi este um concerto de música impressionista-expressionista de uma certa agressividade musical, agressiva sobretudo para e vor, por vezes demasiado delicada, do cantor.

Tudo o poder paisagístico, dramático e lírico da composição de Fernando Lopes Graça, estava bem patente neste recital, expresso através duma música equívoca cobrindo toda a gama que vai da voz do regato à do mar enfurecido. Outras vezes as notas caíam sobre os ouvidos em grossas bâtegas em verdadeiro desabar. Assim, seria tentador sugerir na interpretação desta música uma valorização do mar, se não houvesse uma contra-força poderosamente telúrica a evidenciar-se com frequência. Mas alguma vez estará o mar verdadeiramente separada da terra?

Porém, e voltando à análise de obra musical de Fernando Lopes Graça, verificámos mais uma vez a sua natureza intelectual, assentando sobretudo na valorização dos valores prosódicos. Na primeira e na Terceira partes deste recital, nas canções bellissimas e difíceis que foram cantadas por Fernando Serafim com inteligência e suave timbre salientamos ainda que as palavras, de autores portugueses desde Camões a Eugénio de Andrade, foram escolhidas com um alto conhecimento da Poesia e das possibilidades musicais da nossa língua, tantas vezes maltratada e desacreditada pelos autores musicais portugueses.

Na segunda parte em que o Autor executou ao piano Melodias Rústicas Portuguesas em impressionante estilização, ficaram os ouvidos subjugados pelo seu vigor inventivo mas também pelo tímido poder do piano como instrumento de percussão. A Fernando Lopes Graça deixamos aqui a nossa homenagem e aplauso.

M. ROCHA PEREIRA

## CINEMA

HIROSH INAGAKI: O HOMEM DO RICKSHAW

Um dos temas mais aliciantes para quem se entregue à criação de uma obra de arte narrativa é o do destino, não só através de múltiplas gradações que vão do extremo fatum ao extremo providencial (e isto se nos situarmos num plano natural e mundano), — como através do aspecto mais simples, mais imediato e mais profundo do destino pactuado (não escolhido, mas apenas colaborado); que nos situa num plano de transcendência estranhamente a fim com as mais puras manifestações de arte. Esse tema é vasto, tão vasto como a verdade com a qual irremissivelmente se liga, e aquelas criações que o abordam conscientemente arriscam-se a descair no maldito se o artista criador não for homem de profunda humanidade, de profundo amor pelo belo, de profunda e matizada compreensão universal.

D. Quixote é o mito que pelo riso e pelas lágrimas esgota o destino no sonho concreto da liberdade solidária; Charlot (e sobretudo Calvero) é o mito que pelo riso e pelas lágrimas exorta a um destino concreto de libertação solidária; Matsu (o homem do rickshaw) é o mito que pelo riso e pelas lágrimas compra, em ondas de comunhão solidária, um destino purificado de expiação solidária. Três eles de uma cadeia que se renova, três homens em necessário evoluir, três mitos de carne e sangue que estão tão próximos de nós como a nossa própria carne e o nosso próprio sangue. O mais puro, o mais universal, o mais sincérrico — é indubitavelmente o último, e não deve causar espanto o facto de a sua criação ter uma raiz oriental, pelo contrário: trata-se de uma tradição que, revigorada pelas modernas correntes europeias de cultura, atinge resultados em ciência e em arte que são outras tantas lições para o europeu-civilizado ocidente. Cada um destes três mitos teve expressão artística em cinema: não vi o D. Quixote de Pabst, mas senti no de Kozintsev (?) uma grandeza e uma força de humanidade tais que só se compreendem pela submissão fiel ao homem que Cervantes revelou; a compreensão deste filme com os de Chaplin e com O Homem do Rickshaw impõe-se naturalmente, pela continuidade de purificação humana que se nota através destas obras.

Hiroshi Inagaki, o realizador de O Homem do Rickshaw, é um artista que sabe, conscientemente, tirar partido de um tipo para construir um sentido de arte, através de uma lição técnica magistralmente assimilada na maneira de ser do seu povo e nos ensinamentos dos clássicos russos. A história de Matsu é simples; não é uma história banal, quotidiana, porque, sem ser simbólica, é contada intencionalmente para revelar em Matsu o herói que o homem vulgar não deseja ser: o herói que é derrotado quando não conhece as regras do jogo (primeira cena do filme: a briga com o professor de exgrima); o herói que se responsabiliza pelos seus actos de heroísmo brutal, sofrendo-os como uma culpa e pedindo perdão em público sequência do teatro); o herói que se deixa envelhecer sem egoísmo, amando nas crianças os filhos que nunca teve, porque a sua paixão pela Mu-

lher consumiu-se impiedosamente em si próprio; o herói que morre por tanto ter servido os outros sem querer servir-se a si próprio, e cuja única recompensa terrena foi ter sido encontrado por crianças a brincar («Matsu está a dormirla»), e chorado pela Mulher que o conduzia, delicadamente, à desesperada bem-aventurança.

Aparentemente o filme, nos seus risos, nas suas lágrimas e no seu final, é um hino ao desespero. A morte de Matsu é tanto mais dolorosa quanto a consideramos injusta; mas, uma breve meditação sobre o conjunto de eventos seleccionados pelo realizador para nos falhar o mito em vida e em arte leva-nos imediatamente a rejeitar essa hipótese. Não há mortes injustas (a não ser as que o próprio homem, directa e abusivamente, provoca), pois que o justo e o injusto são conceitos de precária ética à escala mundana, inadequados morrer; a vida e a morte de Matsu não constituem confirmação da epistola inútil para alcançar a vastidão do nascer e do do Serre, porque todo o seu magnífico desinteresse era humanamente desejado, digno e sofrido. Num passo do filme, quando ele foca surpreendentemente o Tambor Gion, um velho cego sentiu-se arrebatado na saudade de uma melodia que de há muito desejava tornar a ouvir (e que já ninguém sabia tocar); tanto bastou — e nós sabemos-lo pelo cuidado excepcional que Inagaki pôs na realização dessa sequência — para que a vida de Matsu, ou melhor: a história fílmica dessa vida, longe de constituir uma paixão inútil, não cedesse passo perante a angústia desumanizante que é o carácter do sofrimento quando ultrapassa os seus próprios limites. O tema é belo, purificante, arriscado e difícil. Para lhe dar forma fílmica era preciso um artista que reunisse indiscutíveis qualidades. Hiroshi Inagaki.

O Homem do Rickshaw confirma-nos, uma vez mais, que a cinematurgia no Japão atingiu um nível dificilmente superável, e a perfeição de acabamento técnico e intencional desta obra deveria torná-la, se tanto fosse possível, um estudo obrigatório a todos os jovens futuros realizadores portugueses. O cinematóscopo e a cor têm um emprego tão integrado no sentido do que progressivamente se narra e se constrói que o espectador facilmente se abstrai da largura anormal do ecrã, e certas delicadezas cromáticas tornam-se tão naturais que nos espanta como não são mais vezes trabalhadas e exploradas em filmes coloridos ocidentais (por exemplo, as faces coradas de Toshio quando chega ao pé de Matsu depois de vir da escola). O ecrã largo é necessário para a maneira como a história está contada, e a sua utilização, sabiamente conseguida, convence-nos definitivamente que o quadro do cinematóscopo não é um ecrã normal a que se lhe cortou uma fatia em cima e outra em baixo. As composições plásticas dos planos integram-se no erectângulo comprido com requintada maestria: todas as linhas, tonalidades e massas ocupam, em extensão lateral e em profundidade, o lugar ideologicamente exacto, e as transições são movidas com singular rigor estético. Por exemplo, na cena em que o cliente abandonado no rickshaw, ao fundo e à esquerda, pantomina a sua indignação, enquanto em primeiro plano à direita Matsu desembaraça a guita do pagamento de Toshio; o plano principal desta cena (que é o mais longo de todo o filme, pois contém toda a pantomina do cliente), está composto segundo um princípio plástico próprio de uma tradição artística japonesa, onde Tati se inspirou para a utilização dos seus planos multi-significantes. Há quem os considere planos de vários centros de atenção, de acordo com o conceito, erróneo, de que o espectador é livre de escolher, sucessivamente, entre os vários pontos de interesse que se lhe antolham simultaneamente; na verdade, porém, quando estes planos são bem concebidos, o espectador nunca é livre de escolher, mas fica subordinado a uma evolução de escolha que o realizador sapiente soube condicionar na composição e na dramaticidade transmitida.

Para evitar que estas breves notas se alonguem demasiado, limitar-me-ei, a apontar mais três sequências que se distinguem por particularidades estéticas marcantes: e da corrida dos voluntários (contraponto áudio-visual: a montagem e o arfar em acelerado); o toque do Tambor Gion (segundo os princípios da montagem construtiva, de Pudovkin); o flash-back da vida de Matsu, em negativo, pouco antes da sua morte (autêntica experiência de eAvant-Garde utilizada com grande sensibilidade artística e intensidade emotiva, — que reforça, através de emoção estética denunciada por Jaspers, a emoção psicológica que o drama requer).

Em suma, uma magnífica antologia de arte que importa estudar com humildade, — sobretudo pelos nossos cineastas, cuja imaginação costume ser lamentavelmente tão precária. Só é de lamentar que não sejam trazidas com mais frequência, aos nossos ecrãs, as obras de um povo que tão bem sabe descobrir o sentido mágico e dedicado que se esconde no afiação de uma procura autêntica, em arte e em vida.

ANTÓNIO DE MACEDO

## CRÍTICA

# AS EVOLUÇÕES BIOLÓGICA E SOCIAL

## 1. Problema.

Um considerável número de pessoas, dentre as que se debruçam sobre a janela do futuro, acreditam que se chegou a um «beco sem saída». E quando dizemos «sem saída», queremos referir-nos ao facto de todas as que se enxergam serem pouco apetecíveis.

O que particularmente aflige essas pessoas, não é só o facto de se praticarem injustiças sociais; de perpetrar-se, nalguns pontos, uma exploração dos corpos e espíritos quase sem paralelo (principalmente no que se refere a estes últimos) ou de nos encontrarmos tão longe da fraternidade universal, como se estava no tempo de Cristo, quando Ele morreu por ela. Parece que a causa de tão estranhos presságios, é a convicção de que os homens ainda não encontraram processo de resolver pacificamente as suas divergências... e que em tudo estes anos se parecem com os que antecederam a última guerra.

E, então, a ameaça duma guerra generalizada, total, nuclear, que mais acuidade põe à problemática humana. E ela, afinal, que exige resolução rápida de muitos problemas postos e torna essa resolução tão angustiosa. Há uma generalizada convicção de que «já não há tempo» para modificar o convívio humano, de modo a tornar a guerra um facto impossível. Assiste-se, assim, à preparação dos cenários... sem poder evitar-se a realização do espectáculo.

Tem-se dito que esta guerra não será como as outras. E isto pelas suas previstas consequências catastróficas, em número e intensidade de destruições, de descrédito humano e perda de valores. Mas, acima de tudo, ainda, pela incerteza das consequências vindas para a vida em geral, e para a humana em particular, da «doida libertação» da energia atómica.

Muitos responsáveis têm sido apontados, como cúmplices deste estado de coisas. Os chefes políticos e militares, pela sua incompetência ou maldosa invisibilidade; o homem-comum, pela sua apatia; os cientistas, pela sua a-moral desumanidade. Também se têm culpado teóricos sociais e economistas, pela projecção da sua acção na actual conjuntura. Marx e Engels são tão lembrados quanto Adam Smith ou Ricardo.

Parecem ter um certo fundamento estas críticas. Porque se os políticos fossem homens de maior envergadura intelectual; se os militares se tivessem esquecido de existir; se os cientistas não descobrissem relações entre fenómenos e os teóricos sociais e económicos não vislumbrassem determinadas soluções, não estaríamos frente ao «beco sem saída».

Mas negar as descobertas e construções destes últimos, não seria admitir a cristalização das tradições — o termo do progresso? É certo que o esclarecimento dos governantes poderia ter acelerado a acção dos primeiros e ter tornado desnecessárias as «teorias de salvação» dos segundos... Contudo, é legítimo entender que os políticos têm de ser assim, quando as maiorias são como são. O absurdo de apresentar, à votação, ou aclamação, homens pouco sorridentes e nada «astutos» (ainda que se dissesse que eram inteligentes), é patente.

Os povos têm os chefes que merecem. E estes, afinal, não têm culpa disso. Os cientistas defendem-se, afirmando que as forças que põem à disposição da humanidade, são tão boas como más — consoante a sua aplicação. E endossam aos chefes políticos e militares o seu mau aproveitamento. Os teóricos sociais e económicos afirmam-se como os obreiros do bem-estar e equilíbrio que tornam «as guerras» impossíveis.

Por sobre tanta irresponsabilidade pessoal, fala-se de forças sociais, conflitos de classes, razões económicas... e o homem, como indivíduo, não se enxerga mais do que como uma palha ao sabor destas correntes.

Terá a evolução biológica, do Homem, alguma coisa a ver com este estado de coisas? E a evolução social, encarada como sucessão cronológica dos factos históricos, dependerá, de algum modo, da evolução biológica?

por  
ROMEU DE CARVALHO

## 2. A evolução biológica.

O transformismo influenciou grandemente todos os ramos do saber. E ganhou significado universal, tornando-se presente — directa ou indirectamente — em todas as actividades humanas.

Contribuições posteriores às conclusões dos seus dois mais directos intérpretes, como a teoria das mutações (Vries), não vieram enfraquecer em nada o transformismo. Deslocaram-no um pouco, mas fortaleceram-no ainda mais. E sobre a evolução adaptacionista, a selecção natural e o mutacionismo, que a vida, encarada como sucessão cronológica, se entende.

Como se compreende a aplicação desta teoria ao caso humano? A espécie humana evoluiu, ou estacionou? Como se fará, apesar de todos os «inconvenientes», a sua selecção? Até onde irá a sua capacidade de adaptação?

Muitas respostas têm sido dadas, e algumas foram acolhidas com clamorosos êxitos editoriais. O que parece depressender-se, do que está dito, é que o Homem é o passo mais complexo da vida — ou o último elo duma cadeia com aparente finalidade (Nödy); e que veio de formas mais simples e há-de tender, normalmente, para fórmulas mais complexas. Todas as espécies havidas na Terra se mostraram intermediárias de estados mais complexos, ou termos de ramos sem futuro. Em que caso estará o Homem?

E se ele evoluir para formas mais complexas, onde residirá essa complexidade e em relação a que se fará a selecção?

Extinguir-se-á a espécie humana — na sua forma actual — ou sobreviverá às formas mais complexas a que dará origem?

Estes serão alguns dos casos que se poderão por, quando pensarmos na evolução biológica do homem.

Até agora têm-se afastado perguntas muito curiosas e muito difíceis de contestar, afirmando-se que: «A evolução é muito longa... e não há pressa de falar-se no assunto».

Mas deve inferir-se, daqui, que a evolução demorada do corpo (a que principalmente se querem referir), nega ao espírito um caminho independente, porventura muito mais acelerado, na conquista de faculdades?...

As classificações de homens, consagradas cientificamente, desprezam o espírito. Este é de tal modo pouco conhecido e dificilmente decomponível e analisável em funcionamento (e impossível de analisar, doutro modo), que os sistemáticos preferem ignorá-lo. Todos parecem assentar nas hipóteses da sua estacionaridade perpétua ou dependência causal do corpo.

Verificado um avanço na capacidade de aprender — prever, atribuem esse facto ao conjunto de tradições — à educação-instrução.

Compete-nos citar outros homens que crêem na evolução biológica do Homem, e até numa evolução «psicológica» largamente independente da primeira.

O caso de não se conhecer uma espécie que tivesse evoluído, em todos os seus indivíduos, para outra — mas a confirmação de que só alguns deles, dentro da espécie, sobrevivem evoluindo ou modificando-se mais bruscamente, levou a algumas análises e sínteses bastante audaciosas.

A desigualdade humana foi tratada, literariamente, por Carlyle, Ibsen, Emerson... e, muito à parte de todos estes, por Nietzsche. Lecomte du Nöly, do mesmo modo, separa nitidamente os indivíduos altamente intervenientes na evolução, dos simples e los biológicos.

Mas o que é interessante é que foi no espírito que todos pareceram encontrar a razão diferenciadora dos seus heróis ou super-homens...

Neste caso, o problema biológico — o que envolvia a evolução visível anatómica e fisiologicamente — deu lugar ao psicológico. Deslocado o pro-

blema da configuração e natureza física, para a espiritual, podemos interrogar-nos: Não irá, afinal, esta evolução muito mais avançada do que se pensa? Não teriam começado, há muito, a diferenciarem-se indivíduos com diferente destino? Na hipótese afirmativa, deveria haver um fosso diferenciador duns e doutros, como que uma sensação de desigualdade e repugnância, que só Frederico Nietzsche pareceu assinalar claramente.

Tem sido muito difícil descobrir qual o fosso, o que não quer dizer que não possam sugerir-se hipóteses.

Indo à História, e procurando o que caracterizou a quase totalidade dos homens espiritualmente mais evoluídos — pensadores de todas as ciências, alguns artistas e filósofos — parece sermos levados a concluir por duas características: o sacrifício do sentimento (ou da vontade) à razão e dos interesses egoístas (em todas as suas formas) a um Universalismo humano.

Em todos houve, duma forma ou doutra, a subordinação absoluta à objectividade e à ideia de universalidade.

Tomando estas duas características como o fosso de que se carecia, encontramos duas espécies humanas, encaradas pela sua evolução psicológica. Nos mais evoluídos, assim, a lógica e regras de raciocínio não lhes pertenciam, nem pertencem — sendo mais fortes do que a sua vontade. Os outros manobram-nas à vontade, tornando-as servas dos seus interesses e concepções.

Devia, logicamente, concretizar-se o fosso num choque entre os Objectivistas e os Subjectivistas (chamemos-lhe assim, ainda que imprópriamente).

Este choque de «maneiras de ver e de ser» teve o seu epílogo, quase sempre, na liquidação dos homens superiores ou na perseguição das suas pessoas, famílias ou ideais. Não será preciso historiar a luta surda, ou ruidosa, tremendamente significativa, travada entre estes homens e todos os outros...

Pois parece ter passado despercebido, como componente principal da evolução histórica, este «pequeno episódio». Têm preferido, quase todos os Críticos, reduzir a tendência dessa evolução a jogos de oferta e procura, lutas de economias ou rasgos individuais de heróicos generais ou políticos sacripantas.

A evolução psicológica pareceu-lhes uma componente de pouca importância, se é que se dignaram atribuir-lhe existência.

E, assim, todos os movimentos culturais e as suas respectivas projecções em todos os aspectos da vida humana, a satisfação de reivindicações e a difusão da sabedoria, foram encarados como resultantes de boas ou más colheitas, duelos entre modelos teóricos (exemplo — classes sociais) ou do comprimento, maior ou menor, dos narizes das Cleópatras.

Longe de nós negar que estes factos podem ter contribuído para acelerar, ou retardar, movimentos sociais. O que lhes negaremos, vigorosamente, é o direito a chamarem-se tendência. Porque esta, orientação menos accidental e muito mais profunda, parece radicar-se noutros fundamentos.

Se devemos buscar a aceleração da evolução histórica, tão angustiosa nos nossos dias, na acumulação crescente de conhecimentos-tradições, podemos ainda fazer mais: encerrar os construtores e criadores como a classe dominante, mais importante, da tendência social.

Não será isto, enfim, considerarmos a evolução psicológica como a componente principal desta tendência? Parece que aceitando esta hipótese, explicaremos tantos factos como os outros já o conseguiram.

## 3. A evolução social.

Podemos entendê-la em dois sentidos: o restricto e o lato. Até agora temos empregado a ideia no seu sentido lato, de evolução histórica. Nessa acepção a evolução social é o caminho, orientação, de todos os factos humanos, e em estreita relação com as condições materiais do seu processamento.

## ÚLTIMAS EDIÇÕES DA AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR

- VIAGENS DO REINO PARA A ÍNDIA E DA ÍNDIA PARA O REINO — 1.º, 2.º e 3.º vols. — Comandante Humberto Leitão.
- BOLETIM GERAL DO ULTRAMAR n.º 389 a 413/414.
- BOLETIM DE LEGISLAÇÃO ULTRAMARINA — 1.ª Série — 1954.
- DIÁRIO DA VIAGEM PRESIDENCIAL ÀS PROVÍNCIAS DA GUINÉ E CABO VERDE — 1.º e 2.º vols.
- A ILHA E A SOLIDÃO (Poemas) — Raimundo Soares.
- MONUMENTA MISSIONARIA AFRICANA — 1.º vol. — 2.ª Série — Padre António Brásio.
- BOLETIM JUDICIÁRIO DO ULTRAMAR n.º 22/23 e 24/25.
- DOCUMENTAÇÃO PARA A HISTÓRIA DAS MISSÕES DO PADROADO PORTUGUÊS DO ORIENTE — 12.º vol. — Padre Dr. António da Silva Rego.
- GOVERNO DO DISTRITO DE MOÇAMBIQUE (Relatório) — 1.º e 2.º vols. Comandante Eugénio Ferreira de Almeida.
- NOVA LEGISLAÇÃO ULTRAMARINA — 4.º vol.
- DOCUMENTAÇÃO PARA A HISTÓRIA DAS MISSÕES DO PADROADO PORTUGUÊS DO ORIENTE - Insulíndia — 5.º vol. — Padre Artur Basílio de Sá.
- PORTUGAL UND DER HEILIGE STUHL — Josef Wensel (Dr.).
- CURSO DE DEONTOLOGIA ULTRAMARINA — Lições dos Profs. Dr. Adriano Moreira, Rev. Dr. A. da Silva Rego e Dr. Nuno Simões e administrador A. de Moraes Martins.
- CUBATA ABANDONADA — (Prémio de Poesia Camilo Passanha - 1957) — Geraldo Bessa Vitor.
- ENSAIO SOBRE GEOGRAFIA AGRÁRIA — Dr. José de Oliveira Bolác.
- LES MISSIONS PORTUGAISES — Rev. Dr. A. da Silva Rego.
- COLECCÃO PELO IMPÉRIO N.º 129 — Simão Ferreira Pais — Autor das «Famosas Armadas» — Martin de Albuquerque.
- COLECCÃO PELO IMPÉRIO N.º 130 — Um Hável Agente de D. João IV, Futuro Governador da Índia — António Pais de Sande e Castro.
- MORABEZA — Prémio de novelística Fernão Mendes Pinto — 1957 — Manuel Ferreira.
- HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DA ÍNDIA — 6.º vol. — Dr. Germano da Silva Correia.
- O ARCEBISPO DE CRANGANOR D. JOAQUIM DA IMACULADA CONCEIÇÃO AMARANTE — A. Meireles do Souto.
- ETNOSSOCIOLOGIA DO NORDESTE DE ANGOLA — (Prémio Frei João dos Santos — 1956) — José Redinha.
- CATECISMO DA DOCTRINA CRISTÁ.
- O BAPTISMO E SUAS CERIMÓNIAS.
- O FAMOSO BOTÃO DE ÂNCORA — Comandante António Marques Esparteira.
- ÁFRICA E OUTROS POEMAS — (Prémio de Poesia Camilo Passanha — 1958) — António de Sousa Freitas.
- OS PORTUGUESES EM ANGOLA — Cap. Gastão Sousa Dias.
- PORTUGAL EM ÁFRICA — Prof. Richard Patten.
- A CRUZADA DO INFANTE D. HENRIQUE — Edição comemorativa do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique — Joaquim Bensaúde.

## OBRAS NO PRELO

- FICHEIRO DE LEGISLAÇÃO ULTRAMARINA.
- HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA ÍNDIA — 7.º vol. — Dr. Germano Correia.
- COLECCÃO DE ACÓRDÃO DOUTRINÁRIOS DO CONSELHO SUPERIOR DE DISCIPLINA DO ULTRAMAR 1951, 1952 e 1953 — Coordenador Dr. Juis

## Companhia Nacional de Navegação

SEDE — R. do Comércio, 85 - LISBOA

SUCURSAL — R. Infante D. Henrique, 63 - PORTO

Assegura a ligação entre Portugal e as Províncias Ultramarinas de África e Oriente, com escala prévia pelos portos do Norte da Europa.

## COMODIDADE E CONFORTO

### FROTA DA C. N. N.

Navios de passageiros	Tons. D. W.	Tons. desloc.
MOÇAMBIQUE	9.423	18.220
ANGOLA	9.550	18.250
NIASSA	9.705	18.330
QUANZA	6.230	11.550
ÍNDIA	6.655	11.677
TIMOR	6.655	11.677
ZAMBÉZIA	1.857	3.538
LURIO	1.857	3.538
SAVE	1.330	2.680
Em construção:		
PRINCIPE PERFEITO	—	20.000

Navios de carga	Tons. D. W.	Tons. desloc.
SOFALA	12.145	18.520
MOÇAMEDES	9.120	12.990
ROVUNA	9.120	12.990
S. THOMÉ	9.050	12.550
NACALA	3.370	5.130
TAGUS	1.630	2.320
CHINDE	1.543	2.592
ANGOCHE	1.532	2.581

(Continua na pág. 13)



# DA COMEMORAÇÃO À CRIAÇÃO

(Continuado da pág. 2)

luída, que Pedro, espírito mais simples, dirigiria. Outra esotérica, mais fechada, iniciática e secreta, cujos adeptos poderiam ser instruídos em verdades mais altas e que João orientaria. Verdades mais altas, directamente inspiradas pelo Espírito Santo. Fraternidade das Raças. Fraternidade das religiões. A Igreja de João. O culto esotérico e secreto dos Templários. O reino do Preste João. A Sinarquia. O Quinto Império.

Não antecipemos, porém. Os templários foram banidos, a Ordem foi extinta. Morto o seu corpo, morreu porém o seu espírito, o seu segredo? Sabe-se que de todos os monarcas europeus, foi D. Dinis quem, hábilmente convertendo a Ordem do Templo na Ordem de Cristo e restituindo todos os freires-cavaleiros do Templo a idêntica dignidade na nova Ordem, recolheu para Portugal a imensa herança templária, imensa

pela força espiritual, que não material, de que súbitamente dispunha. Afluíram para o nosso país as tradições e segredos dos antigos templários: ideais de sinarquia, de paracletismo, de fraternidade universal, de convívio rático e religioso, de aproximação do Oriente. O Oriente — retomado da caminhada brutalmente interrompida por Filipe o Belo e Clemente V — insinuou-se lentamente no pensar dos portugueses mais esclarecidos, cavaleiros de Cristo, trovadores da corte, principalmente do mais sábio e espiritual dos nossos monarcas até à data. Mas o Oriente que os lusitanos sonhavam reencontrar, não era a Palestina, que havia banido os Templários, era o Oriente misterioso, o Oriente dos Reis Magos, o Oriente onde pregara o evangelista João, o Oriente onde porventura existia o mítico Reino do Preste João.

Os cavaleiros de Cristo já não eram os cavaleiros do Templo. Herdeiros,

sim — mas sobretudo criadores, neste país que, de Leiria, era governado por dois soberanos invulgarmente esclarecidos, Dinis e Isabel. Criadores: de um sonho de grandeza épica que mais perfeitamente realizaria o que para os templários da Palestina fora secreto, fechado, inacessível. É nossa convicção, com efeito, que já com D. Dinis se forma em Portugal o desejo de procurar o reino do Preste João, isto é, se começa a preparar o plano dos Descobrimientos de que o Infante Don Anrique, posteriormente governador da ordem de Cristo, viria a ser o genial realizador.

Para que este espírito e este desejo ultrapassassem porém o ambiente simbólico-trovadoresco da corte e iniciático da Ordem de Cavalaria, era necessário que o povo acompanhasse de livre vontade as intenções dos orientadores da nação, era necessário em suma que a religião se harmonizasse a tais desígnios, revestindo formas de culto apropriadas à

filosofia e à teleologia portuguesa. É então que D. Dinis e a Rainha Santa criam em Portugal, com o total apoio dos franciscanos, o culto do Espírito Santo, culto que os nossos navegadores, cavaleiros da Ordem de Cristo todos eles, levariam consigo nas naus da descoberta e tão radicado está ainda na Madeira e nos Açores. Teriam os templários transmitido aos Cavaleiros de Cristo e ao seu salvador, D. Dinis, o segredo do caminho marítimo para a Índia ou tê-lo-iam os nossos cavaleiros descoberto pelos seus próprios meios? Não interessa tanto averiguar-lo, como assentar por agora, que é impossível compreender o movimento português para o Oriente, sem meditar na tradição iniciática e espiritual que, a partir dos templários, veio a ser entendida e transcendida pelos cavaleiros, poetas e sábios que o rodeavam. No próximo número analisaremos as restantes causas que, derivadas desta primeira, em nosso entender explica os Descobrimientos e o que a aventura portuguesa representou e representa no movimento do homem para a superação de si mesmo.

A. Q.

(Continua)

## O PENSAMENTO FILOSÓFICO PORTUGUÊS

Leonardo Coimbra

### O CRIACIONISMO

Este nome era usado, e ainda é hoje nos programas oficiais, para discutir o falso problema da criação do mundo por Deus no tempo, ou da eterna existência do mundo no tempo. Este problema não tem sentido. Resulta do mais vicioso, plebeu e vulgar *coisismo* do tempo. Tempo abstracto e inerte, pairando sobre um Deus adormecido e sobre um mundo inexistente!

A mais insignificante determinação do tempo exige a existência do mundo.

O próprio problema de Deus não é esse. O problema de Deus é o problema do significado humano ou super-humano mais finito e do significado absoluto da moral. A consciência moral é um acidente humano, ou é a mais estranha realidade e essência? Eis o problema de Deus.

E só assim Deus pode existir sem eliminar as criaturas. De outra forma seriam as criaturas determinismos sem autonomia, máquinas tombadas da absoluta vontade divina. E, como o querer absoluto fora do saber e amar coincide com o capricho, as criaturas seriam caprichos divinos, o que equivale a dizer que não seriam. Eis os motivos por que à velha palavra demos um novo sentido.

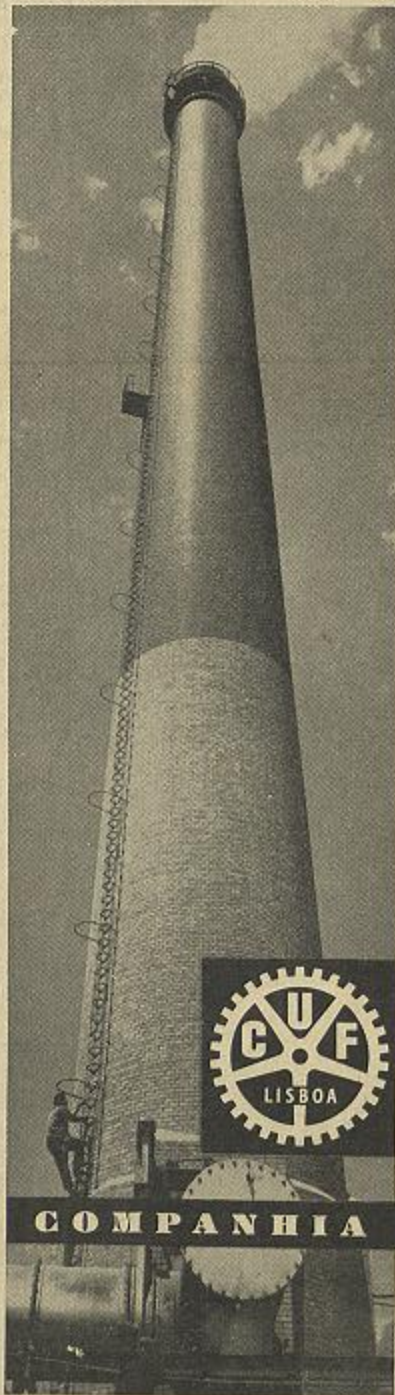
A filosofia criacionista não recebe por acção exterior o motivo da inflexão da sua trajectória. Foi a dialéctica científica que a levou à pessoa, que a Arte conserva e engrandece. O pensamento, chegado ao seu loco, reflecte, e a pessoa ainda é a palavra da síntese filosófica.

Não precisamos de sobrepor à síntese objectiva uma síntese subjectiva. A realidade não se divide nas duas coisas — sujeito e objecto. O sujeito e o objecto são vagas anunciações da pessoa activa e livre tendo como instrumentos de acção os determinismos subordinados. A trajectória do pensamento científico inflecte-se naturalmente para a irredutível realidade — a pessoa.

Essa inflexão dá a Arte, e completa o ciclo do pensamento, dando, pela reflexão filosófica, o último e supremo grau de realidade em si e para si, a pessoa, actividade livre, inteligente e amorosa. Também para realizar a pessoa não precisamos de sobrepor arbitrariamente uma Arte e uma Religião. A Arte e a Religião ficam construídas de passagem, como vimos para a Arte e veremos para a Religião. Por isso mesmo que são construídas e não recebidas, serão estas disciplinas meios de acção, instrumentos de liberdade de que a pessoa se serve, e não absorventes substâncias místicas que, na sua bruta imensidade, diluam e desfaçam as consciências individuais.

Deste modo, nunca, como tem acontecido até hoje, a palavra religiosa será o verbo da escravidão e da cegueira, mas da liberdade e da luz. Nunca a sociedade política ou religiosa esmagará o indivíduo; porque, se muito pesa a sociedade humana, ela só vale e pesa pela e para a consciência individual, que a suporta; porque, se o Universo pesa sobre a consciência religiosa, esta o sustenta e imponderaliza na mais ligeira maré de espírito livre.

in «A Alegria, a Dor e a Graça»



INDÚSTRIA QUÍMICA

INDÚSTRIA TÊXTIL

METALURGIA DOS METAIS NÃO FERROSOS

CONSTRUÇÕES E REPARAÇÕES NAVAIS

FUNDIÇÃO DE FERRO E AÇO

CONSTRUÇÕES METALO-MECÂNICAS

**COMPANHIA UNIÃO FABRIL**

RUA DO COMÉRCIO, 49 - TELEF. 30551 - LISBOA

# NOTAS À MARGEM

(Continuado da pág. 16)

Por isso, é bom que os problemas se resolvam e as questões se arrumem, para evitar aos mestres a questão do aprendiz atrevido que põe em dúvida a veracidade do dois e dois, são quatro; por isso os colóquios onde se decidem e resolvem cousas, são preciosas instituições de beneficência, no bom sentido...

Sómente — e aqui é que se torna necessária a supracitada boa intenção dos colóquios — os tais colóquios têm, por vezes, irregulares programações, diremos mesmo, traiçoeiras, escuras programações. Os ainda tão pouco realizados entre nós — por exemplo, o da Filosofia Portuguesa e o da Habitação, ambos servidos por muito bem intencionados colóquios — apresentavam o perigo comum, em ambos lamentavelmente verificado, de retardarem em farras número de revista, aliás, bem montada e desenhada por primeiras figuras da cena intelectual portuguesa. E isto, antes, mesmo, de pesar as conclusões a que, por felicidade, porventura chegaram. Porque, se o primeiro decidiu corajosamente e por maioria de votos, da não existência da Filosofia Portuguesa — o que é uma atitude, diga-se a que se disser, soberanamente democrática — o segundo teve ainda o mérito inesperado de discutir os aspectos sociológicos do habitat português, expressão que é um primoroso ramalhete de substantivos e adjectivos, cuja propriedade não parece defeituosa, pois julgamos impróprio um colóquio acerca dos aspectos sociológicos do habitat português, sem, anteriormente e com vagar, se ter colóquiado acerca do habitat português em si só. Aliás, apenas meditando nesta designação — habitat português —, tão rica na sua singular bilinguagem, e partindo do nacional e vivo adjectivo português, para o substantivo habitat, apátrida e de língua morta, se poderia ter evitado, por exemplo, a desalegância (intelectual e colóquial, apenas) de pôr como chefe de quadro do colóquio, uma autoridade dos aspectos sociológicos do habitat francês, o que, na nossa provincia mas cultivada opinião, nos parece uma gaffe tremenda.

As vedetas internacionais, como é da praxe no nosso e noutros países, são trunfos certos em qualquer montagem teatral, cinematográfica ou carnavalesca; mas, embora alguns dos profissionais do actual socialismo arquitectónico, se expressem plásticamente em puras realizações onográficas, julgamos, todavia, digno de se meditar se a opinião pública — que, como o Colóquio, é uma instituição de respeito, ou de respeito — aceita de igual modo as Patison no cinema, os Fernand no corso e os Le Corbusier na arquitectura, ou se, muito pelo contrário, pode perguntar, do modo simples e chão que é hábito atribuir-lhe: — Então, para resolver os nossos problemas sociais, não temos cá socialistas capazes? Então, é preciso, por cá cá aquela palha ou por cá cá aquele colóquio, chamar o padre-mestre francês, como se não houvesse por cá padres-mestres bastantes? Então, a gente está condenada a vestir sempre pelo corte de Paris? Onde estão os nossos alfaiates, de honras tradições?

E a tudo isto, coloquentes amigos e bem intencionados, que responderíeis vós?

## AS PESSOAS NÃO TEM CASAS

Por que motivo as pessoas que têm posses, cada vez mais saem de casa, tanto à noite, como de dia e gastam o tempo em lugares públicos? A esta pergunta, que vai acudindo aos lábios de muita gente, a resposta mais imediata e também a mais verdadeira, é a seguinte: porque as pessoas não têm casas.

Com efeito, com dificuldade ou só por vício de expressão, se poderá chamar casa à cama, à mesa e ao lavabo, para que tende, de modo geral, a habitação dos nossos dias, nas nossas cidades; para comer e

para dormir, quando não apenas para dormir, eis o fim restrito atribuído pela moderna arquitectura sociológica ou socialista, à residência de cada um.

Por isso, as pessoas saem de casa que não têm. Por isso, à noite se escolhe entre a cama e a rua e, de dia, entre o emprego, se o há, o cinema, o café e a televisão. Aliás o motivo de ser o negócio de cafés, leitarias e quejandos, um dos mais apetecidos dos nossos dias, está radicado nesta impossibilidade de vida caseira que se vai acentuando. A população, dócil e comodista, aceita e habituou-se a tal estado de coisas, transferindo-se deste modo e com alegria de muitos progressistas, os salões particulares de outros tempos, para as mesas dos lugares públicos. E isto é lastimável porque, ao passo que nos salões era propiciada a aprendizagem dum arte de civilidade e de cortesia nas conversas, especialmente devida à presença das Senhoras, nos cafés, ao contrário, a conversa muitas vezes azeda-se e enche-se de grosserias.

Apenas — e aqui surge o problema crucial — os cafés, sendo os mais procurados, porque os mais económicos, estão desaparecendo. Desaparecendo realmente e sem metáfora, em virtude do encerramento de uns tantos, para dar lugar a características estabelecimentos bancários — veja-se a «Brasileira» do Rossio, o «Café Royal», o «Chave d'Ouro» e outros que se anunciam — e desaparecendo em potência, pois, não sabemos por que bulas, se está procedendo a uma sistemática campanha contra a frequência dos cafés, das pessoas que têm algo a fazer, ou que pretendem ocupar as horas vagas de modo útil para si mesmas e, segundo a socialista doutrina, para o Estado também. Não é caso inédito, muito ao invés, o impedimento ou a proibição de ler livros nos cafés, de escrever, para não se falar já da perseguição feita ao estudante, que procura nos lugares públicos a sala de estudo de que não dispõe noutro lado — na escola ou em casa. Parece deste modo haver, da parte dos dirigentes ou gerentes dos cafés, uma política de reacção, pois, enquanto o governo procede à eliminação dos analfabetos, aqueles procuram por todos os meios impedir as pessoas de usarem plenamente do seu novo estado de letradas.

Como Lisboa e as nossas cidades da provincia, não têm clubs, nem salões; como as bibliotecas públicas são salas desabrigadas, onde o empregado de guarda-pó é o substituto inferior do polícia de costumes e onde a morosidade dos serviços obriga a um dispêndio de tempo, da parte dos leitores, duas vezes superior ao efectivamente aproveitado para leitura; como, além disso, os livros a consultar nas bibliotecas estão atrasados em cerca de dois anos, em relação às publicações de mais recente data — pergunta-se: onde há-de as pessoas ler? Para quê ensinar a ler se, depois, não há onde ler?

No emprego? — não; mesmo quando, graças ao bom andamento dos serviços, nada haja que fazer, aos empregados não é permitido ler; cada um fique quieto no seu sitio e olhe as colegas, se puder. Em casa? — onde? Toda agente sabe que o quarto de banho é uma sofrível sala de leitura, mas, apenas para os matutinos. Na rua? — quem pode, mesmo sendo dotado de excepcional poder de concentração? A estridência dos apitos e a alegria dos ruidos dos carros e dos sinaleiros, é bastante para impedir leituras, como sabem amplamente os que mandam afixar os editais que ninguém lê. No eléctrico? — sim, aí ainda ninguém proibiu os passageiros de ler. Mas, mal val a coisa se se espera desenvolver a cultura nacional dentro dos eléctricos!

Onde, pois? A resposta, de tão evidente, surge com uma simplicidade arrepiante: nos cafés.

Eis porque supomos urgente que os poderes públicos actuem junto do respectivo grémio desses estabelecimentos, no sentido não só de permitir a leitura, mas, também, de fornecerem papel e tinta a quem pretenda escrever. Os que apenas vão tomar café aos cafés, são em tão reduzido número, que qualquer balcão, mesmo exiguo,

chegará amplamente para os servir. Outros, os que vão conversar, tratar de negócios e combinar encontros, são, no fundo, ainda menos de considerar do que o grande público — o que vai para o café namorar, ler, estudar ou escrever, pois da sua actividade dependem o futuro e o vício da raça, o aumento da população e da cultura, a resolução de muitos problemas fundamentais para a vida humana, problemas que os técnicos, imersos na riqueza dos seus laboratórios, não conseguem resolver. Quantos livros da nossa literatura, têm sido escritos em cafés? se estes não existissem, onde estaria a nossa literatura? Quantos estudantes podem afirmar que não fizeram os seus cursos nos cafés? se estes não existissem, onde estariam os nossos licenciados? Quantos casais de cristãs famílias, tiveram o seu começo no namoro à mesa redonda dos cafés? se estes não existissem, onde estaria a salvaguarda dos bons costumes?

Eis porque, mais sério do que o estilo da nota, é a razão que nos move a chamar as atenções para este facto lastimável: vão-se reduzindo os cafés onde é possível ainda ler e escrever, ao mesmo tempo que se fecham aqueles cuja arquitectura e cujo ambiente, eram propícios a uma reunião agradável dos grupos — dos grupos que, quer queiram, quer não, sempre se formarão em torno de alguma coisa, de alguém ou de alguma ideia. A fertilidade, quer se ocupe de touros, de negócios, de teatro, de cinema, de letras ou de mulheres, é tão velha como os tempos bíblicos e será sempre o ponto de irradiação de muita actividade e muita cultura. A ameaça que pesa sobre os que têm e escrevem, alastra, pois, a toda a nação. Embora pareça risonho o vaticínio, afirmamos que o êxito da campanha contra o analfabetismo, está em fazer dos cafés aquilo para que eles foram destinados: salas de leitura, de escrita, de estudo e de convívio. Porque o resto, a bebida que se ingere, será café? quem se importa com ele? quem o suporta?

## FILOSOFIA... POR VOTOS!

Não tencionávamos voltar ao tema da filosofia portuguesa ou das filosofias nacionais. Muito embora ele tivesse surgido na nossa cultura como algo que, por uma vez, não era traduzido nem importado — o que desagradava a muita gente, de tal modo está arraizado em nós o complexo de sermos uma colónia cultural de Paris, Roma ou Berlim — muito embora ele houvesse levantado numerosos remoinhos jornalísticos e universitários, o certo é que nem uma voz se levantara para refutar com seriedade a tese, nos termos em que foi posta por alguns pensadores, conscientemente integrados como discípulos e renovadores, na tradição filosófica de que Cunha Seixas, Amorim Viana, Sampaio Bruno, Teixeira Rego, Leonardo Coimbra, Teixeira de Pascoais, Fernando Pessoa e de um modo geral os discípulos de Leonardo Coimbra, foram e são os principais marcos.

É certo que o problema encontrou vasto eco nos meios culturais, pois a partir da publicação dos primeiros números do «57», as páginas literárias de alguns jornais passaram a incluí-lo em todos os seus questionários jornalísticos. Uma análise das respostas registadas acerca do mesmo tema vem apenas provar a validade das razões aduzidas a favor da tese da existência, valor e personalidade da filosofia portuguesa. Com efeito, o recurso à ironia, ao remoço, ao subentendido, à alusão semi-enigmática, é sempre a demonstração evidente de que, quando a razão ou as razões falecem, não resta senão mobilizar formas sentimentais de acção, falar de emoções primárias e inferiores, levar o pensamento ao nível do Parque Mayer. Chegámos a um ponto, em Portugal, em que cada escritor só pensa em si próprio e na sua glória particular, repudiando todo o pensamento suprapessoal, que ponha em risco a facilidade de uma expressão literária baseada unicamente no estilo, no registo dos caracteres quotidianos, na exteriorização de emoções e ansiedades de alma. Desabitúamo-nos tanto da

ideia essencial e vigente nos grandes períodos literários, de que o filósofo deve estar na raiz de toda a relação do homem com o mundo, que a reacção contra a filosofia portuguesa mais não é do que a reacção contra a filosofia e o filósofo, até aqui exilados no ambiente poirento das Faculdades de Letras e nos alfarrábios de alguns pensadores feimosos, mas agora, no movimento cultural desenhado a partir de 1943, reintegrando-se vivamente na problemática espiritual portuguesa.

A filosofia era um feudo de meia dúzia de especialistas e todos estavam contentes com esta situação, que era uma das causas mais profundas e evidentes da menoridade intelectual de muitos sectores da nossa cultura. Propondo-se a tese da filosofia portuguesa eis que a filosofia sai para a rua, eis que a filosofia entra em convívio com os grandes problemas do nosso país e do nosso tempo, dialogando polémica, ardorosa e especulativamente com esses intocáveis que eram a ideia de nacionalidade, a religião, a universidade, o conceito de literatura, a metafísica alemã, o positivismo francês, a família e os sexos, o conteúdo estético da arte, a relação do espírito com a política, a história e a tradição, a técnica e as máquinas e um sem número de problemas sobre os quais, pode dizer-se, foi projectada uma nova luz. Desagradaram-se desta vitalização da nossa velha e morta filosofia de compêndio, já os antigos especialistas para quem filósofo era aprender de cor as sínteses francesas das interpretações italianas dos filósofos germânicos e os detentores poderosos e dogmatizantes da ciência certas sobre aquelas actividades que muito por alto enumerámos.

Contudo, não houve refutação. As reacções contra a filosofia portuguesa, contra a filosofia viva com carne, sangue e nervos, foram apenas de vontades perturbadas. Não voltaríamos ao problema. Ele estava já esclarecido perante o juízo dos homens de boa vontade.

Não contávamos, porém, com o inesperado. Na verdade, na falta de razões e na inoperância da expressão emocional, só um recurso restava: decidir dos destinos da filosofia... por votos. Tentaremos não cair na ironia. Faremos um esforço desesperado para que estas mesmas palavras que escrevemos não nos fujam e não tomem a forma de uma formidável gargalhada. Não, senhores, não rirem. Apenas relatarmos com objectividade.

Na Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto — organização que nos merece a maior estima — realizou-se em 24 de Outubro de 1959 uma memorável sessão nocturna, que sem dúvida ficará para sempre nos anais da história do pensamento e até na história da humanidade. Descobriu-se em Portugal — e dizem que entre nós não se sabe pensar! — descobriu-se entre a nós a maneira de resolver todos os problemas espirituais da humanidade. Não mais dúvidas sobre a essência divina, a oposição do uno e do múltiplo, a estrutura da razão, o divórcio da lógica e da intuição, a finalidade da vida ou a dialéctica da essência e existência. No Porto, tudo se resolveu. Basta convocar uma assembleia, pôr estes altos problemas a voto e está tudo resolvido. Em simples e lapidários comunicados, irradiar-se-ão para o mundo as verdades irrefutáveis, assim: em assembleia com a presença de tantos sócios desta prestigiosa instituição, assentou-se em que não há Deus, em que o pensamento é uma ilusão dos sentidos ou em que a existência é uma forma de energia eléctrica.

O primeiro comunicado, já foi aliás exarado em acta e publicado na imprensa, após conferência do Dr. Joel Serrão, debate entre os circunstantes e (segundo se dá a entender) votação final dos sócios presentes e suas famílias. Vamos transcrevê-lo na íntegra, da Gazeta Literária, órgão da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, no seu número 6, 2.º Série, de Dezembro de 1959 (página 14):

«Assentou-se em que não há uma filosofia portuguesa, pelo mesmo motivo que (sic) também não há uma filosofia propriamente inglesa

ou francesa; e que a designação de poesia filosófica é imprópria, pois está mais certo dizer poesia metafísica.»

Perante esta decisão, nada mais temos a fazer, senão curvar a cabeça. Está descoberta, enfim, a medicina contra a angústia humana: Como poderíamos opor-nos a tão elevada e transcendente terapêutica?

## O ESQUECIDO CUNHA SEIXAS

Cunha Seixas realizou em Lisboa uma obra paralela e semelhante à que Sampaio Bruno realizou no Porto: a refutação do positivismo.

Como se explica então que tivessem sido diferentes a sorte e a notoriedade dos dois pensadores?

Sampaio Bruno é hoje, incontestavelmente considerado um dos nossos maiores filósofos e até o fundador da filosofia portuguesa, quer dizer, aquele autor que dotou a nossa cultura com fundamentos inabaláveis sobre os quais as sucessivas gerações puderam e podem construir imorreduros escritos edificantes.

Cunha Seixas, pelo contrário, não logrou dos seus contemporâneos nem dos seus sucedâneos a admiração a que tem jus e foi um nome completamente esquecido até que neste jornal se lhe prestasse uma parcela de justiça.

Estes são os factos. Cumpre-nos agora explicar as razões. Sampaio Bruno foi no seu tempo conhecido apenas como jornalista republicano, mas a sua situação política propiciava-lhe pelo menos o respeito dos seus compatriotas, o que não quer dizer compreensão ou admiração. Assim, pouco tempo depois da morte do filósofo a toponímia municipal, tanto a da cidade do Porto como a da cidade de Lisboa, consagra o nome já ilustre do autor de O Brasil Mental. Cunha Seixas fora monárquico, por conseguinte nenhuma versegão republicana, nem a do município onde ele nasceu nem a do município onde ele estudou, nem a do município onde ele professor seria capaz de colocar em lápide visível o nome glorioso do maior adversário de Teófilo Braga. Nem mais tarde, quando já deixaram de ter vigência as lutas partidárias pela instauração de um regime de união nacional, teve o indolente Cunha Seixas quem lhe citasse o nome para benefício dos vereadores que andam a procurar nos catálogos das celebrações estrangeiras títulos suficientes para todas as ruas de uma cidade em vertiginosa expansão. Tudo seria desculpável se o nome de Cunha Seixas tivesse calado para sempre no olvido. Mas agora que esse nome já corre para além-fronteiras e para além-mar, essa personalidade discutida em vários jornais e em várias revistas que chegam aos olhos das pessoas cultas, não se explica que ao filósofo monárquico, admirador de D. Pedro V, não seja dada a justa reparação da celebridade e da glória, em paralelo com a homenagem da toponímia a todos os fundadores da República, incluído o obscuro mas não esquecido Cidadão Gonçalves.

Não se veja nesta nota que insiste no assunto já tratado no número anterior qualquer pequena manobra de intenção política, porque a verdade é outra e outra a sua razão.

Cunha Seixas foi um filósofo, e os filósofos não são tão prezados pelos municípios como os actores, aos quais se dedica não só uma rua mas até um bairro. São os comediantes, efectivamente, aqueles que, em laços de diversas ordens, colhem os louros da opinião pública e até da pública gratidão. Homens da seriedade intelectual e de seriedade moral como os de Cunha Seixas recebem por paga dos seus compatriotas o prémio do olvido e do esquecimento.

Veja-se nesta nota sim, o apelo aos vereadores da Câmara Municipal de Lisboa e aos serviços responsáveis perante o sr. brigadeiro França Borges que, segundo nos informam, está na disposição de reconciliar a cidade com a beleza e a cultura.

# D A C U L T U R A

## EXISTE UM PROBLEMA «NOBEL»?

Existe entre nós um problema «Prémio Nobel»? Existe, mas, não aquele que se tem posto. Existe e é apenas uma modalidade do problema prémio literário. Pouco importa, na realidade, quem seja o escolhido entre os autores nacionais e até quem seja o galardoado. A importância que os escritores atribuem ao Prémio ou prémios, provém apenas deste outro problema mais geral e profundo: na sociedade moderna, que aos intelectuais não reconhece o primado espiritual, social e até humano, como compensar um labor de sacrifício e missão, sempre mal compreendido, porque sempre mal integrado no seu verdadeiro lugar? Em escala mínima e batelando apenas raros escritores, eleitos pela sorte, que não pela justiça, o Prémio ou os prémios vêm por momentos dar a ilusão aos galardoados de que o mundo irá por fim escutar a sua mensagem. Nestas condições, parece mais acentuada ainda, a situação de inferioridade em que o criador de cultura se encontra, em relação às profissões liberais, às especializações técnicas e às nomeações políticas.

## A PROFISSIONALIZAÇÃO

Éis a grande tarefa que desde os primeiros momentos desvelou os dirigentes da Sociedade Portuguesa dos Escritores: a profissionalização. Como profissionalizar o escritor, dando-lhe um lugar social e uma justa e constante remuneração pelo seu trabalho? Aquilo que já se conseguiu entre nós relativamente aos operários, os contratos colectivos ou individuais, parece ideal distante para os escritores. Enquanto estes, juntando-se como uma unidade consciente da sua força, não tratarem ao menos de igual para igual com os organismos representativos dos editores e dos jornais, continuarão a ser injustamente remunerados e, conseqüentemente, continuarão obrigados a escrever nas horas vagas, à noite, depois de um dia de trabalho em escritórios e repartições, nas piores condições possíveis para a invenção artística ou para a sistematização filosófica.

## PENSAMENTO PORTUGUÊS E UNIVERSIDADE PORTUGUESA

Os governos passam, os regimes mudam, as ideais evoluem, os acontecimentos históricos sucedem — mas a universidade fica, com o seu dogmatismo, a sua esterilizante subserviência às culturas estrangeiras, a sua metodologia inteiramente errada, a sua noção persistente e absurda de que ensinar é impor e aprender é decorar, o seu sistema de exames, as notas, as reprovações, os compêndios, as sebanças. É na Universidade que se formam os professores e, através deles, os homens, a cultura, a nossa civilização.

Como não concluir, pois, que é sobretudo na reforma educativa que devemos concentrar-nos como pensadores e homens de espírito? Há já um pensamento português, apoiado em livros e estudos que não podem ser ignorados ou ocultados por mais tempo. É o pensamento português que pode realmente estruturar a nova Universidade Portuguesa que sonhamos. Parece, todavia, que esta lógica conclusão do mais claro silogismo apareça como absurda aos olhos de muitos... Que grande povo seríamos, se reprimíssemos algum dia a acreditar em nós próprios como capazes de criar valores, e ideias, se nos voltássemos a considerar, mais do que uma nação, uma civilização!

## NAÇÃO E CIVILIZAÇÃO

Ainda há quem pergunte qual é a política do «57». As pessoas desabituarão-se de ler e formam os seus juízos com impressionante ligeireza. Enquanto esperam que nos alistemos ou assinemos alguma lista, podem ir meditando nesta asserção, explicitada em vários números do «57», de que a política apenas pode conceber-se, não como um absoluto ou uma panaceia universal, mas como uma actividade que só tem algum valor quando dependente de outras actividades superiores. Quando a política depender da educação, esta da antropologia e esta por sua vez da filosofia, será realmente possível transformar uma nação numa civilização.

## O TRIGO E O JOIO

Não gostamos de ironizar, por princípio. Entre nós, só houve um ironizador até hoje. Chamou-se Fernando Pessoa. É preciso ter génio para ironizar sem degradação: do próprio, que ironiza o do outro, que é ironizado. Em última análise, do Homem.

Não gostamos também de atacar os outros jornais e revistas de cultura, nossos camaradas afinal, na causa comum do Espírito. Discordando embora das suas visões, reconhecemos que se defrontam com a sua verdade e, fazendo-o, realizam nobre tarefa. Mas é preciso respeitar as leis do jogo ou a nossa cultura cai de rastos. As leis do jogo? Uma ética do escritor e da comunicação cultural? E porque não? A Gazeta Musical e de Todas as Artes possui uma secção regular onde estas leis e esta ética são constantemente desrespeitadas. Intitula-se «O trigo e o joio». É composta de citações de artigos de escritores portugueses, arrumadas arbitrariamente no sector-trigo ou no sector-joio, julgamos que segundo critérios subjectivos, caprichosos, emocionais ou de políticas pessoais. Estão então todos os escritores portugueses, sob a acusação de um tribunal cujo código se não conhece? As sentenças são arbitrariamente passadas e os trabalhadores intelectuais encontram-se a todo o momento arriscados a ir para o céu

ou para o inferno, dicotomia de que a noção bíblica de trigo e joio claramente deriva, sem ao menos saber porquê, pois as sentenças não são acompanhadas de razões, mas apenas de exclamações. Julgamos que este foco permanente de mal-estar e de perturbação inconsequente na República das Letras, devia ser considerado pela Sociedade Portuguesa de Escritores, nas suas altas funções éticas e apaziguadoras.

## COLÓQUIO E COLÓQUIOSOS

O colóquio é, sem dúvida, uma instituição respeitável. Último abecerragem da ideologia socialista do fim do século, da ideologia que comunicou, aceite como programa e bandeira, a doutrina do, aliás, privado e individualista axioma da discussão nasce a luz, é o que nos resta hoje ainda, da afamada era parlamentar, era da confiança na troca de ideias e do respeito pela opinião alheia. Tal supomos, pelo menos, ser o ambiente colóquio e o estado de alma dos colóquiadores; pois, na verdade, que um homem saia de casa, deixando o aconchego dos seus, para entrar num recinto público, quase sempre adverso, onde se presta a fazer figuras nem sempre inteligentes, suporte o nome nos jornais e o descrédito público e por sobre tudo isto esteja ainda de espírito torvo e tolhido, com a insidia no pensamento e a má vontade na alma, que tal homem, enfim, seja um homem de más intenções — eis o que, para sermos sinceros, aqui à pureza declaramos não poder aceitar.

Muito pelo contrário — e é isto que os desculpa, aos colóquiandos — todos devem estar animados de bons propósitos, todos tiveram a tenção, ou a tentação, de pôr ao serviço do bem público as suas inteligências privadas e corajosamente, heróicamente, decidiram sair da discussão em que entram, com alguma coisa resolvida — atitude tanto mais de apreciar e de louvar, quanto é sabido ter este mundo demonstrado, desde tempos imemoriais, o mau sestro de não querer resolver coisa nenhuma. A ordem, como sabem as pessoas prudentes, mesmo no domínio do pensamento, mesmo especulativo, é decerto uma fada banfazeja e fecunda; decerto. Na enorme prateleira que, como é do domínio público, a ciência humana tem de preencher, ao longo da sua difícil progressão, é bom que as matérias se arrumem e se agrupem, para não estabelecerem confusão nos espíritos; os arquivistas dessa prateleira, têm de ser farrucamente disciplinados — e o estudioso, portanto, obediente. Mal iria o mundo, se ao alvedrio do pobre e orgulhoso bipede humano, fosse deixado o servir-se da inteligência que, por ironia magnanimidade, Deus lhe concedeu ou lhe suportar; teimoso, insatisfeito, desarrumado, que destempera perpetraria o, sobretudo, que desordens!

(Continua na pág. 15)

# VIVEREMOS NUM REGIME DE Matriarcado?

No nosso último número, esquematizámos os problemas sexuais do nosso povo, isto é, aqueles que derivam da relação entre os dois sexos. Foram as nossas conclusões abonadas pela tradução de um importante e correlativo trecho da Antropologia em sentido pragmático, de Kant e de um texto de biologia Jean Rostand sobre a diferenciação molecular e, de um modo geral, fisiológica e psicológica entre os dois sexos. Em suma, acentuámos que, não apenas no ambiente da civilização ocidental, mas também concretamente entre nós, a deslocação da mulher e do homem se deve em grande parte o mal-estar social do nosso tempo. Por outras palavras, a mulher e o homem não estão no lugar que realmente lhes compete e os complexos psíquicos daí resultantes reflectem-se em todas as zonas da vida. Voltamos hoje ao assunto, desta vez com brevidade, para sublinhar um ponto que, implícito embora nas considerações anteriormente feitas, merece ser tratado separadamente.

Referimo-nos à interrogação que ultimamente tem preocupado muitos espíritos atentos e lúcidos: viveremos em regime de matriarcado? Sabe-se que a campanha da igualdade dos sexos — baseada numa falácia antropológica — colocou desde o primeiro quartel do século como dogma, a equivalência de direitos e deveres por parte, não apenas dos cônjuges, mas até de todos os membros de sexos opostos que se encontram sob qualquer forma de relação. Daqui derivou a decadência dos restos de cavalheirismo que ainda estavam vivos, e o homem deixou de prestar a sua homenagem à mulher na medida em que esta repudiou tal forma de convívio. Camaradas lado a lado no escritório, na oficina, no lar, homem e mulher passaram a olhar-se como iguais e os costumes antigos, o beija-mão, a cortesia, a especial consideração que antes o membro do sexo masculino manifestava perante a sua amada ou a sua esposa, tornaram-se anacronismos, coisas ultrapassadas.

Tornaram-se anacronismos? No entanto, apesar do regime social e jurídico da igualdade, a mulher continuou a reivindicar as homenagens do homem, enquanto este, movido pela estrutura tradicional do seu ser, não soube e não pôde negar-lhas. Esta curva do desenvolvimento social trouxe consigo imediatamente um desequilíbrio evidente.

Igualdade de direitos e deveres — mas compromisso tácito, contrato de boa educação e cortesia, de que o homem deveria tratar com a mulher através de preceitos de especial consideração. Era a natureza a corrigir o abuso de razão — mas era também a porta aberta para o regime de matriarcado que hoje parece vigente. Um livro recente publicado nos Estados Unidos, The decadence of the american male (A decadência do homem americano), poderia abranger nas suas conclusões toda a civilização ocidental. Pouco a pouco, o homem foi relegado para uma posição mais e mais secundária e se a ele lhe pertence primordialmente a tarefa de ganhar dinheiro, mesmo na América, onde a mulher só trabalha quando em condições económicas deficientes, se lhe são concedidas as rédeas políticas, financeiras, literárias ou até eclesiásticas, o certo é que o homem deixou de ser o cavaleiro, o herói, o promotor do progresso espiritual, para ser apenas o trabalhador, o organizador ou o ministro de uma sociedade onde a opinião da mulher é rainha.

Com efeito, enquanto o homem se esgota no labor diário, sem tempo e sem ócio para realizar vocação transcendente à do mero profissionalismo, é a mulher que, nesses bastidores da vida que são as reuniões mundanas, em toda a gradação desde o diálogo das vizinhas de janela a janela até aos chás, conferências religiosas e comissões mais ou menos caritativas, é a mulher que molda por inteiro a própria imagem e os ideais da nossa época. É certo que há também a mulher que trabalha — mas infelizmente, porque o trabalhador fora de casa é para ela quase sempre uma frustração, transporta para o seu ambiente de trabalho o mesmo espírito das tais reuniões sociais, formando o moderno arquétipo do funcionalismo, cujos pólos parecem ser, de um lado, a exagerada fidelidade ao preceituado e ao burocrático e de outro lado, as intrigas contra inferiores, colegas ou superiores.

Que a Sociedade moderna é dominada por um código feminino de va-

lors, é por demais evidente e transparece à mais singela observação. Assim:

- 1. ÉTICAMENTE.** Estão subvertidas a moral social e a moral religiosa, porque todos os mandamentos e princípios de origem cívica ou sobrenatural se reduziram à obsessão do sexualismo, a qual se tornou exclusiva no julgamento do carácter humano, servindo de processo de aferimento das reputações. O complexo sexual, fundamentando habilmente a arma traçoira da intriga, mascara e avulta todas as fraquezas e verdadeiras inferioridades do ser humano, relegando para plano secundário as autênticas formas do mal.
- 2. ANTROPOLÓGICAMENTE** o conceito do homem como herói foi substituído pelo conceito do homem caseiro que, considerada como devendo apenas fidelidade à família, à casa e ao sustento e à comodidade dos seus, se afasta por completo da consciência da sua missão no mundo ou seja, do desenvolvimento e assunção da sua estrutura espiritual.

**3. RELIGIOSAMENTE** interpretada pela mulher, sem o concurso activo do homem, isto é, por uma visão em que a alma sobrepõe largamente o anímus, em que a alma domina a razão ou o espírito, a actividade religiosa degradou-se num formalismo vazio, que permite ao egotismo feminino e familiar uma existência quotidiana inferior e por completo áca de espiritualidade. Exigindo-se aos homens e às mulheres uma adesão por assim dizer política e burocrática a esses preceitos peridicos e formais, perdoa-se-lhes a ignorância, a maldade, a estupidez, a ganância e o permanente crime contra a dignidade e a majestade dos outros.

**4. POLÍTICAMENTE** em regime de matriarcado, a política é sempre conservadora, porque a mulher, sendo quase sempre incapaz de conceber novos valores espirituais, se opõe à sua descoberta, proposição ou defesa. Importando-lhe acima de tudo a posse de ao limite das suas forças a que estes, uma situação estável e o domínio sobre o marido ou os filhos, obsta até limite das suas forças a que estes, sacrificando-se pelo progresso da pátria ou da humanidade, que para ela são noções demasiado abstractas, de algum modo lhe dê pouca atenção ou

**5. FILOSÓFICAMENTE.** De modo análogo, o pensamento, mórmente na sua expressão filosófica, implica um risco a que a mulher não quer sujeitar-se. Ao homem são subtilmente vedadas pela sociedade matriarcal, as experiências místicas, as formas de procura de uma relação transcendente, a plena adesão aos valores estéticos, o exercício demorado e profundo de imaginação, conceptualização e especulação, enfim a actividade filosófica em qualquer das suas cambiantes. Contra o desejo de superação e conhecimento do homem, contra o seu inalienável amor à verdade, a mulher argumenta com o amor por ela própria ou o amor próprio, com o apurim vivre deinde filosofare e, quando estes impedimentos falham, com mil formas de censura, ramaço, troça e intriga. Dizer-se vê um poeta ou um filósofo, tornou-se sarcasmo a que o homem, diminuído na sua força masculina, não sabe por vezes superiorizar-se.

Em síntese, a sociedade matriarcal concede ao homem as aparências do domínio, mas o domínio que aos homens é concedido é um falso domínio, pois é o domínio que sacrifica a um código ético, antropológico, religioso, político e filosófico inteiramente concebido por uma escala feminina de valores.

Ninguém melhor do que nós compreende e estima as virtudes o virtuosidades de natureza feminina e o seu grande e insubstituível papel no mundo. Estravassando porém dos seus limites, a mulher arrisca-se a ser uma das causas profundas do mal-estar que, opondo os sexos em luta surda, se reflecte de forma angustiada e dramática na própria evolução das pátrias e, das civilizações, da humanidade e do espírito. É porque a culpa pertence, não à mulher, mas ao homem que renegou as suas altas funções de mestre e herói, que estas palavras, duras e talvez inesperadas para quem não haja meditado os lavios

(Continua na pág. 13)

# D A C U L T U R A

## movimento

a redenção dos Homens? De acordo, mas primeiro é necessário que o nós se assumia como movimento e leve o seu descobrimento até às últimas conseqüências. Na abdicação própria não há redenção possível, mas tão só possessão de um movimento por outro movimento, de um pensamento por outro pensamento. Não queremos pois ser uma cultura ocupada, mas um povo em movimento: foi esse o escândalo do «57»?

É preciso que as pessoas tenham consciência do que dizem, dos actos que praticam, das obediências que prestam. É preciso que se compreenda não poder haver liberdade do eu ou do indivíduo sem liberdade do nós ou da pátria. Filosofia pessoal e filosofia portuguesa, são pois os graus limites

(Continuado da pág. 1)

da verdadeira libertação, que é a libertação do pensamento para o movimento.

Com «57» assumimos pois plenamente a nossa responsabilidade de homens e de portugueses. Como poderíamos ter escrito ligeiramente, sacrificando tudo a ídolos momentâneos? Sete números apenas se publicaram. Foi pouco? Muito? Foi o que, sem nos traírmos, pudemos fazer. Outras pessoas, tão generosas como ambíguas, queriam ver-nos ainda mais especulativos, mais transcendentes ao plano do movimento cultural. Tal não nos parece ser a função de um órgão de cultura, que deve suscitar o estudo, a meditação, a descoberta dos prin-

cípios moventes, mas não, extravassando dos seus limites próprios, querer substituir o mestrado espiritual que por outras vias se processa. Houve ainda quem apressadamente nos acusasse de desvalorizar a imaginação e portanto, as artes, especificadamente a poesia e a literatura de ficção. Quem assim pensou não soube ler o que de um modo geral, foi dito por todos os que escreveram o «57». Quem assim entendeu mal fez e mal meditou as nossas teses.

Apesar destes aspectos negativos, que bem compreendemos nas suas ambíguas implicações, esperamos assegurar na renovação constante, a consecução do movimento, movimento esse que não se coaduna com quaisquer limites que nos atribuam.